



Universidade de Aveiro
2021

**NATÁLIA
DE BARROS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FIXAÇÃO E ATRAÇÃO
DE POPULAÇÃO NO INTERIOR DE PORTUGAL**



Universidade de Aveiro
2021

**NATÁLIA
DE BARROS**

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FIXAÇÃO E ATRAÇÃO DE POPULAÇÃO NO INTERIOR DE PORTUGAL

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor João José Lourenço Marques, Professor do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto DRIVIT-UP (POCI-01-0145-FEDER-031905) na Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro. Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com o recurso a fundos do programa Compete2020 do programa Portugal2020, por sua vez apoiados pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

“A persistência é o menor caminho do êxito”.
(Charles Chaplin)

o júri

Presidente

Professora Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
professora Auxiliar em Regime Laboral da Universidade de Aveiro

vogal – arguente principal

Professor Doutor Domingos Fernando da Cunha Santos
professor Adjunto do Instituto Politécnico de Castelo Branco

vogal – orientador

Professor Doutor João José Lourenço Marques
professor associado da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus, por toda força, coragem e determinação para ultrapassar os obstáculos e barreiras que surgiram ao longo destes últimos anos.

Aos meus pais: Judite Fátima do Prado de Barros e Elio José de Barros, por todo amor e confiança depositados em mim, que mesmo de longe sempre foram um alicerce nos momentos mais complicados.

À minha irmã, Renata de Barros, por todo apoio, incentivo e proteção.

Ao meu companheiro de jornada, Otávio Zanchett, que esteve comigo desde o início dessa caminhada, que enfrentou comigo as mais dolorosas batalhas e me ajudou para que esse sonho tornasse realidade, sempre me apoiando, auxiliando em tudo que fosse possível.

Agradeço também a todos os professores que compartilharam a sua sabedoria, sempre contribuindo com muitos ensinamentos, ajuda e conselhos, os quais guiaram a minha aprendizagem, em especial ao Professor Doutor João José Lourenço Marques, pela orientação e empenho dedicados neste trabalho.

A todos, que direta ou indiretamente contribuíram para que esse momento se concretizasse, o meu muito obrigado.

palavras-chave

Declínio demográfico, políticas públicas, interior, litoral, agentes políticos, municípios, natalidade, migração.

resumo

O presente trabalho de investigação tem como tema central “políticas públicas para fixação e atração de população no interior de Portugal”.

Com o declínio demográfico cada vez mais acentuado no interior de Portugal, torna-se urgente perceber como as políticas públicas podem ajudar a mitigar esse problema. Assim, o objetivo central é verificar a perspetiva dos agentes políticos, a respeito da implementação das políticas públicas para mitigar o declínio demográfico nas regiões do interior, a partir das suas experiências.

O plano de investigação insere-se no contexto de um estudo de caso: a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Como método de recolha de dados, realizou-se um inquérito por entrevistas semiestruturadas a agentes políticos dos municípios pertencentes à comunidade, entre eles presidentes e vice-presidentes de câmara.

A pesquisa realizada permitiu-nos perceber que, em regra, os agentes políticos não acreditam na eficácia das políticas de incentivo e desconfiam da eficácia das políticas de migração, no *stricto sensu*. Contudo, verificou-se que na perceção dos agentes, as políticas eficazes são as de migração no *lato sensu*, com foco na criação de condições para atração e fixação de população externa, como exemplo: criação de oportunidades de emprego, disponibilização de amenidades e criação de regimes fiscais favoráveis. Conclui-se assim que é necessário a criação de políticas públicas com o objetivo de tornar o interior mais atrativo, ou seja, economicamente e socialmente interessante para todos, tendo como objetivo central a coesão territorial.

keywords

Demographic decline, public policies, inland, coastal, political agents, municipalities, birth rate, migration.

abstract

The central theme of this research work is "public policies for settling and attracting population in Portugal's interior".

With the increasing demographic decline in the Portuguese interior, it becomes urgent to understand how public policies can help in mitigating this problem.

Thus, the central objective is to verify the perspective of political agents, regarding the implementation of public policies to mitigate the demographic decline in inland areas, from their experiences.

The research plan took place in the context of a case study: the Intermunicipal Community of Beiras and Serra da Estrela. As for the data collection method, a survey was carried out through semi-structured interviews with political agents of the municipalities belonging to the community, among them mayors and vice-mayors.

The survey allowed us to realize that, as a rule, the political agents do not believe in the effectiveness of the incentive policies and distrust the effectiveness of the migration policies, in *stricto sensu*. However, it was verified that in the perception of the agents, the policies that have effectiveness are the migration policies in the *sensu lato*, focusing on creating conditions for attraction and settlement of foreign populations, such as: creation of job opportunities, provision of amenities and creation of favorable tax regimes. It can thus be concluded that it is necessary to create public policies focused on making the interior more attractive, that is, economically and socially interesting to all, having territorial cohesion as a central objective.

ÍNDICE

LISTA DE FIGURAS E TABELAS	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
2.1 - DESAFIOS DEMOGRÁFICOS A NÍVEL GLOBAL	5
2.2 - DESAFIOS DEMOGRÁFICOS EM PORTUGAL	7
2.3 - CLIVAGENS ENTRE INTERIOR E O LITORAL	9
3. O ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	11
3.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS A NÍVEL MUNDIAL E O DECLÍNIO DEMOGRÁFICO....	11
3.2 - POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL E O DECLÍNIO DEMOGRÁFICO	14
4. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO.....	17
5. ESTUDO EMPÍRICO.....	19
5.1 - DESIGN METODOLÓGICO	19
5.2 - ESTUDO DE CASO	21
5.3 - INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS - ENTREVISTAS.....	24
5.4 - APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	27
6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
6.1 - VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES	34
6.2 - RESPOSTA À PERGUNTA DE PARTIDA.....	36
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
9. ANEXOS	44

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	21
Tabela 1 - Censo Censos 2021- resultados preliminares	22
Tabela 2 - QUADRO COMPARATIVO: CIMBSE E PORTUGAL.....	23
Tabela 3 - Categorias, Subcategorias e Indicadores.....	27

1 - INTRODUÇÃO

Com o crescimento industrial e modernização das sociedades, ocorreram diversas transformações a nível demográfico, entre elas o declínio nas taxas de mortalidade, e posteriormente o declínio nas taxas natalidade. Contudo, os índices de fertilidade não estagnaram, conforme previam os teóricos da transição demográfica, até chegarmos ao cenário “catastrófico” do qual nos encontramos hoje: Uma sociedade em declínio demográfico, incapaz de gerar reposição geracional (Wolf, 2013).

Desde há vários anos Portugal tem vindo a sofrer com o declínio demográfico, problema esse que tende a agravar-se a cada ano, sobretudo de forma mais intensa no interior. Ao despovoamento do interior estão associados diversos fatores, como a quebra efetiva das taxas de fertilidade, o envelhecimento da população e as altas taxas de migração para zonas urbanas e estrangeiras, intensificadas a partir dos anos sessenta (Almeida, 2018).

O declínio demográfico do interior português traz diversos problemas para o desenvolvimento regional ou local, produzindo níveis de desajustamento social e económico cada vez mais difíceis de reverter. Uma vez que a demografia também influencia a economia, torna-se necessária a criação de políticas públicas e privadas com o fim de criar condições de revitalização destes territórios, para que não se desertifiquem nas próximas décadas, e de forma a fomentar a economia local (Braga *et al.*, 2013)

Após a criação de diversas políticas públicas por parte do governo português, na tentativa de mitigar o declínio demográfico, houve diversos estudos a respeito da implementação das políticas com este foco, em face à lacuna a ser preenchida sob a perspectiva dos agentes políticos.

Assim, o **objetivo geral** deste estudo é verificar a perspectiva dos agentes políticos, a respeito da implementação de políticas públicas com vista a mitigar o declínio demográfico nas zonas do interior português, a partir das suas experiências. Os **objetivos específicos** são:

- Caracterizar o declínio demográfico no interior de Portugal;
- Avaliar o (in)êxito das políticas criadas, a partir das experiências dos agentes políticos;
- Verificar quais os tipos de políticas públicas que podem apresentar resultados mais positivos na mitigação do declínio demográfico no interior de Portugal.

Assim sendo, a questão de investigação que guia este estudo é: **“Quais as percepções dos *stakeholders* sobre as políticas públicas para mitigação do processo de declínio demográfico em zonas de interior?”**

Foram adicionalmente formuladas duas hipóteses que norteiam este estudo:

- ✓ **Hipótese 1:** “Segundo a percepção dos *stakeholders*, as políticas de migração com foco na fixação e atração de população apresentam resultados mais positivos na mitigação do declínio demográfico, do que políticas de incentivo à natalidade”;
- ✓ **Hipótese 2:** “Segundo a percepção dos *stakeholders*, o declínio demográfico do interior de Portugal só pode ser mitigado efetivamente com políticas públicas de iniciativa do poder central (Programas do Estado)”.

Em termos metodológicos, o desenvolvimento do trabalho empírico é de natureza exploratória, realizado no contexto de um estudo de caso: a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), da qual fazem parte 15 municípios, os quais são mencionados no decorrer do estudo, e terá especial enfoque nas políticas de incentivo à natalidade e de migração, que visam a fixação e atração de população externa.

A escolha da CIMBSE originou no facto de que esta comunidade apresenta um declínio demográfico acentuado, bem como a pertença a uma região territorial que apresenta maior saldo populacional negativo, no contexto nacional, conforme os dados preliminares do Censo 2021 (INE, 2021). A técnica para a recolha de dados adotada neste estudo foi a de entrevistas semiestruturadas, pela combinação de perguntas abertas e semifechadas. As entrevistas foram realizadas com seis políticos locais da CIMBSE, nomeadamente Presidentes e Vice-Presidentes das Câmaras Municipais, por videoconferência. O tratamento dos dados obtidos através das entrevistas foi realizado com recurso a análise qualitativa (análise de conteúdo das entrevistas).

A dissertação foi dividida em nove capítulos. No capítulo 1 trata-se da introdução, no capítulo 2, para uma melhor compreensão do tema, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o declínio demográfico a nível global, e a nível local (Portugal). No capítulo 3 apresentou-se a temática das políticas públicas e programas do governo português, e tendo sido também verificadas as estratégias adotadas em outros países, de forma a perceber como as políticas públicas podem ser úteis na resolução da situação atual.

No capítulo 4 foram apresentadas as hipóteses de investigação. No capítulo 5 é discutida a metodologia da investigação e os procedimentos adotados, bem como os

resultados e interpretações dos dados obtidos através das entrevistas. No capítulo 6, apresenta-se uma análise crítica das entrevistas efetuadas, confrontando estes resultados com a reflexão teórica do capítulo 2, bem como a resposta para a pergunta de partida e a verificação das hipóteses.

No capítulo 7 são apresentadas as principais conclusões retiradas da investigação realizada. No capítulo 8 são apresentadas as fontes bibliográficas consultadas e finaliza-se com o capítulo 9, onde são apresentados os anexos.

2 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo pretende-se caracterizar os desafios demográficos a nível global e em Portugal. Sobre os desafios a nível global, menciona-se o processo de transição demográfica, como ocorreu o *baby boom* e como se dá o processo de envelhecimento demográfico. A nível dos desafios em Portugal, explica-se como a quebra efetiva das taxas de fertilidade, o envelhecimento da população e as altas taxas de migração para zonas urbanas e estrangeiras, influenciaram diretamente no despovoamento do interior português.

2.1 - DESAFIOS DEMOGRÁFICOS A NÍVEL GLOBAL

No decorrer das décadas, o mundo passou por diversas transformações a nível económico e demográfico. Com o processo de transição demográfica que ocorreu primeiro na Europa, no Japão e nos países não europeus de cultura anglo-saxónica, a sociedade passou para um cenário de demografia de baixa mortalidade e, posteriormente, de baixa natalidade (Castro *et al.*, 2015). Contudo, o declínio nas taxas de fertilidade não estabilizou, como diziam os antigos teóricos da transição, longe disso, o declínio continua a acentuar-se cada vez mais, o que deu abertura para noção de uma segunda transição demográfica, na década de 80, com uma taxa sintética de fertilidade inferior ao nível necessário à reposição da sociedade (Wolf, 2013).

O progresso económico da sociedade teve um forte impacto sobre as questões sanitárias e medicinais, o que ocasionou um crescente declínio na mortalidade populacional e aumento da esperança média de vida. Já a baixa na natalidade é explicada por questões mais complexas, entre elas a influência direta do aumento da instrução por parte das mulheres, aliada ao aparecimento da pílula contraceptiva nos anos 60, e a diminuição da mortalidade infantil (Castro *et al.*, 2015; Marques, 2018).

Conforme evidenciado pelo comportamento demográfico global nas últimas sete décadas, países com melhores condições de vida possuem taxas de crescimento populacional mais baixas, pois apresentam taxas de mortalidade e de natalidade baixas. Já países com piores condições de vida possuem taxas de crescimento populacional altas, com taxa de mortalidade e de natalidade elevadas (Góis & Marques, 2018). Demeny (2011) faz uma comparação entre sociedades tradicionais e modernas, afirmando que numa sociedade tradicional, os índices de mortalidade e fertilidade são altos; e numa sociedade moderna, os índices de mortalidade e fertilidade são baixos, sendo esta a realidade da maioria dos países desenvolvidos atualmente.

Contudo, no período pós-guerra que compreende 1945 e 1964, sobretudo em alguns países da Europa como França e Inglaterra e também nos Estados Unidos, houve um aumento exponencial nas taxas de natalidade, denominado de *baby boom*, que no decorrer dos anos causou a estabilidade do envelhecimento da população e aumento da população em idade ativa. Entretanto, a geração *baby boomer* envelheceu e está a chegar à idade da reforma, e como as taxas de natalidade continuam em baixa, a Europa enfrenta o processo denominado de envelhecimento demográfico.

O processo de envelhecimento demográfico é caracterizado pela expressiva diminuição da população jovem a favor de uma população mais idosa, com a redução da base jovem na pirâmide e o conseqüente alargamento da população idosa no topo, originado pelo aumento da expectativa de vida, aliada à baixa nos índices de fertilidade, incapazes de gerar reposição geracional. Ocorre que além da escassez da oferta de trabalho, o envelhecimento da população pode ter impactos poderosos sobre a poupança e a acumulação de capital.

A realidade enfrentada mundialmente, sobretudo pela UE-27, traz diversos desafios económicos e moldará novos padrões de desigualdade populacional, o que torna evidente a relação entre a demografia e a economia (Castro *et al.*, 2020). Assim como a economia influencia os comportamentos demográficos, como por exemplo através das políticas de apoio à família que procuram estimular a natalidade, a demografia também afeta a economia. O aumento do envelhecimento populacional, por exemplo, traduz-se em dependência por parte dos idosos, seja na própria família ou sobre o Estado, pela sobrecarga na utilização dos serviços de saúde e de segurança social (Castro *et al.*, 2021).

Segundo Castro *et al.* (2021, p. 297) “Os desequilíbrios territoriais constituem hoje

dos maiores desafios ao nível das políticas públicas”; dessa forma é imprescindível a compreensão entre o elo da economia e da demografia, pois este é fundamental para a melhoria da gestão territorial, contribuindo para melhores decisões políticas. Assim, torna-se necessário que as políticas respondam de forma mais efetiva, de maneira a compreender os anseios do interior, como a população se comporta em termos de evolução, e ainda em como se dá a sua distribuição territorial.

2.2 - DESAFIOS DEMOGRÁFICOS EM PORTUGAL

Em Portugal, a modernização ou transição demográfica começou de forma muito mais tardia, se comparada com as demais populações europeias. Coincidência ou não, o início da queda da taxa de natalidade portuguesa deu-se no mesmo período em que ocorreu a liberalização do casamento, por volta do início da década de 1960 (Leston *et al.*, 2011).

Atualmente, a queda no índice de natalidade continua a agravar-se cada vez mais em Portugal, onde este indicador baixou até que o ISF (Índice Sintético de Fertilidade) atingisse valores inferiores a 1.4 filhos por mulher, no ano de 2020, ficando muito abaixo do valor necessário para a reposição geracional de 2.1 (Castro *et al.*, 2015).

Ainda, em relação à taxa bruta de natalidade¹, em Portugal no ano de 1960 a mesma era de 42.1%, já em 2019 passou para 8.4%; ou seja, houve uma diminuição considerável no número nados-vivos (INE, 2021). O resultado direto deste facto é a diminuição da população de Portugal, que tem hoje 10 347 892 residentes, menos 214 286 do que em 2011, ou seja, 2% de decréscimo populacional em um período de 10 anos, segundo os resultados preliminares dos Censos 2021. Adicionalmente, nos últimos 10 anos, do total de 308 municípios portugueses, 257 registaram decréscimos populacionais e apenas 51 registaram um aumento (INE, 2021).

Em Portugal, foi por volta da década de 20 que a mortalidade iniciou uma fase de declínio, que se mantém até à atualidade. Segundo Castro *et al.*, (2015), nas últimas seis décadas os portugueses aumentaram a sua longevidade em mais de 20 anos, mas foi após o 25 de abril que os índices de mortalidade diminuíram consideravelmente, e isso contribuiu para o aumento da população envelhecida no país.

Contudo, o aumento significativo da população envelhecida não se dá

¹ a taxa bruta de natalidade mede o número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, que é habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes.

principalmente pelo aumento da expectativa de vida nem mesmo pela diminuição da mortalidade, mas sim pela diminuição desenfreada da natalidade (Souza, 2010). Ou seja, o declínio nos índices de natalidade que assola Portugal traz consigo o avanço da diminuição de pessoas em idade ativa, juntamente com o aumento significativo da população idosa, que aumenta proporcionalmente desde 2011, ao contrário do que ocorre com a população mais jovem, onde há uma diminuição acentuada, principalmente em zonas rurais.

Até à década de 60, os Estados Unidos e o Brasil foram o destino de milhares de portugueses; o Brasil por ser visto como um local de enriquecimento rápido, e os EUA como o destino de milhares de Açorianos (Souza, 2010). Futuramente, houve grandes fluxos emigratórios em Portugal, com auge entre os anos de 1960 e 1973 e tendo como principal destino a França.

Mais recentemente, a crise financeira e económica ocorrida em Portugal entre os anos de 2010 e 2014 trouxe consigo diversos problemas, entre os quais uma elevada taxa de desemprego, fraca valorização de salários, e baixa qualidade de trabalho; que acabou por elevar de forma expressiva a saída de trabalhadores portugueses do país, tendo esta vaga de emigração atingido o seu pico entre os anos de 2011 e 2014, com cerca de 485 mil saídas permanentes e temporárias (República Portuguesa, 2021c).

Salienta-se que geralmente são os jovens em idade ativa que saem com mais frequência dos locais de origem, sobretudo do interior. A saída dos jovens, principalmente das zonas de interior, faz diminuir a taxa de nupcialidade e conseqüentemente a taxa de natalidade, tornando mais difícil a renovação das gerações, dando-se assim um dramático envelhecimento da população (Santos, 2010).

As principais causas das emigrações dos jovens das áreas de interior estão associadas a diversos fatores, como desemprego efetivo ou eminente, desejo de melhorar o seu bem-estar e de maximizar a sua qualidade de vida, existência de redes de apoio e de interconhecimento, transformações verificadas na economia e na sociedade portuguesa, e desenvolvimento periférico dos meios rurais (Souza, 2010).

Em suma, ocorreu uma perda significativa de população em idade ativa, a principal responsável pela produtividade, acabando por gerar um impacto negativo sobre o crescimento do rendimento *per capita* (Hewings & Park, 2007). Essa realidade também torna a mão-de-obra mais escassa, forçando as grandes indústrias a deslocarem-se para a faixa litoral, o que acaba por elevar as taxas de pobreza das zonas rurais em 25,5%, quando

comparado com outras zonas do país.

2.3 - Clivagens entre Interior e o Litoral

Nos termos da portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, existem 165 Municípios e mais 73 freguesias de outros 21 municípios designados como “interior” em Portugal; ou seja, esta designação abrange a maior parte do território nacional, encontrando-se inserida neste grupo a CIMBSE. Os territórios do interior são definidos com base na densidade populacional, na demografia, no povoamento, nas características físicas do território, na socio-economia e nas acessibilidades. Segundo Ferrão (2018, p. 13) “O despovoamento constitui, hoje, a regra na maior parte dos municípios rurais do designado ‘interior’, sendo que para muitos deles se preveem quebras demográficas superiores a 20% até 2030 [...]”. Ou seja, a realidade do interior e do litoral de Portugal é bastante divergente em termos de densidade demográfica.

Castro *et al.* (2015) destaca que a perda de população no interior ocorre de forma mais intensificada em comparação com o litoral ou com as áreas metropolitanas de Lisboa ou Porto. Com as transformações da economia e da sociedade portuguesa, a agricultura tornou-se uma atividade pouco lucrativa, dispendiosa, exigente em termos de força de trabalho e vulnerável à modernização, o que contribuiu para a emigração para o litoral e áreas metropolitanas (Santos, 2010).

Carvalho (2020, p. 38) menciona que: “O interior de Portugal inclui um território extenso, desigual e desequilibrado (em relação às zonas costeiras), com um conjunto de recursos naturais, patrimoniais, humanos e sociais dos quais pouco sabemos e dos quais não existe uma inventariação estruturada e organizada longitudinalmente.” Ou seja, o desenvolvimento económico do litoral atrai cada vez mais pessoas, pois é lá que os investidores encontram mão-de-obra, bancos para os financiarem, serviços do Estado para lhes darem as necessárias licenças, meios de transporte para receberem fornecimentos e expedirem mercadorias, etc. (Cabral *in* público, 2008). Como refere Leston *et al* (2011, p. 64) ao debruçar-se sobre esta problemática: “Em Portugal, o crescimento económico sempre privilegiou o litoral e o crescimento urbano tem sido aí mais intenso em virtude da extensão da área urbanizada”.

Apesar de o decréscimo populacional dos distritos do interior surgir por volta de 1864, foi a partir do século XX que a situação se começou a intensificar visivelmente, com a população destas áreas a diminuir de forma exacerbada, enquanto no litoral a população

continuava a aumentar (Mourão, 2006). Ao compararmos o decréscimo populacional entre NUTS III litoral e interior, verifica-se que, entre 2003 e 2013, o decréscimo populacional foi mais acentuado na faixa interior (9,4%) do que na faixa litoral (0,2%).

Almeida (2018) faz uma comparação entre o CENSO de 1960 e o de 2011, e conclui que 202 concelhos do interior (65,6% do total nacional) perderam população; sendo que desses, 53 (incluindo quatro nos Açores e dois na Madeira) reduziram seus habitantes a menos de metade, perdendo toda a sua vitalidade demográfica e económica. Ainda, são poucos os concelhos da região do Centro que apresentam crescimento populacional positivo, e estes localizam-se na faixa litoral do país, próximos de grandes centros urbanos (Braga *et al.*, 2013).

Os dados acima apresentados são corroborados com os resultados preliminares do CENSO 2021, onde consta que cerca de 50% da população residente em Portugal está concentrada em apenas 31 municípios, localizados maioritariamente nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Ainda, as únicas regiões do país que registaram um crescimento da população entre 2011 e 2021 foram o Algarve (3,7%) e a Área Metropolitana de Lisboa (1,7%), as restantes regiões viram decrescer o seu efetivo populacional (INE, 2021).

Não somente em termos demográficos, mas também em termos económicos, é possível verificarmos a divergência do litoral e interior. As NUTS III do litoral apresentaram uma proporção do Valor Acrescentado Bruto (VAB) (59%) muito superior à registada nas NUTS III do interior (27%), e obtêm valores de IRS e IRC por habitante cerca de 1,6 vezes superiores às do interior. Já em relação ao peso das exportações e importações, nas NUTS III litoral (30% e 24%) o valor é superior ao registado nas NUTS III do interior (15% e 10%) (CIMBSE, 2015).

Em termos de formulação de políticas públicas, as zonas do interior apresentam grandes desafios, uma vez que a maioria das políticas são desenhadas com foco nas cidades de maior dimensão, desmerecendo o interior; tornando-o assim desprivilegiado em termos de qualidade de vida, emprego, social, ambiental e oportunidades empresariais, culturais e logística, o que traz diversas dificuldades, principalmente económicas, aos habitantes locais (Carvalho, 2020).

Primeiramente é necessário perceber a forma como as políticas públicas podem mitigar o declínio demográfico do Interior. Uma das prioridades para a estratégia Europa

2020, é o Crescimento inclusivo, ou seja, “uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão económica, social e territorial” (Comissão Europeia 2010, p. 12). A coesão territorial nada mais é que a aplicação dos objetivos de equidade e igualdade de oportunidades à dimensão espacial; e pressupõe um acesso equitativo de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos e privados entre diferentes territórios (Wolf, 2013).

3 - O ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma vez que esta investigação tem como objetivo a avaliação de políticas públicas, define-se seguidamente o conceito de política pública. Segundo Jenkins, podemos definir política pública como sendo um conjunto de decisões inter-relacionadas tomadas por um ator político ou grupo de atores, sobre a seleção de objetivos e os meios para alcançá-los dentro de uma situação específica (citado em Howlett *et al.*, 2009, p.6). Nesta definição, a política pública é um fenómeno complexo, que consiste em inúmeras decisões provenientes de vários indivíduos e organizações do governo, decisões essas que são influenciadas por outros indivíduos, que operam dentro e fora do estado.

A implementação de uma política pública, é a execução de uma decisão política (Sabatier & Mazmanian, 1980), e dessa forma podemos compreender que a elaboração das políticas públicas provém de um processo de interação entre um ou vários atores; que sofrem influências externas para a sua criação (pressão social), como da própria sociedade ou de um grupo de interesses, e que a implementação é a execução da política pública elaborada.

O estudo das políticas públicas é um estudo complexo, que analisa diversos fatores, que vão desde a viabilidade da política, a sua implementação e os seus resultados. O estudo presente somente analisará quais as perceções de *stakeholders* sobre as políticas públicas para mitigação do processo de declínio demográfico, desconsiderando a análise de outros fatores, como a medição de impacto.

3.1 - Políticas públicas a nível mundial e o declínio demográfico

Importa nesta secção perceber o que já foi feito a nível mundial para mitigar o declínio demográfico; assim, serão mencionadas políticas públicas já implementadas na Austrália, Canadá e na Irlanda, como exemplo.

Segundo Poston & Bouvier (2010), diversos países introduziram políticas populacionais para aumentar as suas taxas de fertilidade, na tentativa de travar o declínio

demográfico; porém essa alternativa é demograficamente ineficiente, pois são necessários muitos anos de desenvolvimento antes que um recém-nascido se torne um membro colaborador da população. Contraposto, alguns estudos permitem-nos perceber que a implementação de políticas públicas com foco nas migrações, apresentam resultados promissores; com o exemplo daquelas aplicadas na Austrália e no Canadá, países com fortes tradições na receção de imigrantes e onde a imigração é cada vez mais vista como forte potencial de combater o declínio demográfico (Hugo, 2008).

Segundo este autor, a Austrália apresenta uma forte tendência de concentração da população imigrante nos principais centros urbanos, e devido a esse facto foram implementadas medidas que visam a distribuição mais equitativa desta população através dos programas de SSRM (*State Specific and Regional Migration – Programas de Migração Regional e Específica dos Estados*). O programa permite a imigrantes que normalmente não preencheriam os requisitos exigidos para se fixarem no país uma oportunidade para que os possam preencher, caso se comprometam a permanecer durante um número limitado de anos em regiões que apresentam declínio demográfico (Wolf, 2013).

Os resultados do SSRM na população da Austrália têm sido muito positivos, com o desvio de uma pequena parte, porém significativa da imigração na Austrália; levando a taxa anual de crescimento populacional a duplicar entre 2000 e 2001, e entre 2005 e 2006. Dessa forma, pode-se concluir que as políticas de migração na Austrália tiveram resultados bastante promissores.

A nível europeu verificou-se o projeto DART² (*Declining, Ageing and Regional Transformation – Declínio, Envelhecimento e Transformação Regional*), que também obteve êxito na reversão do declínio demográfico em áreas isoladas, como no caso de Kiltimagh na Irlanda. Segundo Wolf (2013), nesta localidade foi implementado um projeto de dinamização local que permitiu canalizar uma quantidade considerável de investimento para a regeneração da cidade tornando a área envolvente mais atrativa, e como consequência, atraindo mais residentes.

Ainda, Carter *et al.* (2008) realizou um estudo sobre uma das políticas mais eficientes no Canadá, denominada de MPNP (*Manitoba Provincial Nomination Program - Programa Provincial de Nomeação de Manitoba*), que tem por objetivo a atração de imigrantes para áreas urbanas e rurais com menores comunidades. Segundo Carter *et al.*

² www.dart-project.eu

(2008, p. 168), o MPNP é um “programa económico que seleciona candidatos com treino, experiência profissional, capacidade linguística e potencial de investimento a serem empregados em Manitoba e fazerem uma contribuição positiva para a economia provincial”.

Os resultados do MPNP têm sido positivos, pois o número de imigrantes para o distrito de Manitoba aumentou em 235% desde o ano de 1998, enquanto o nível nacional permaneceu relativamente estável; ou seja, a implementação da política de imigração nesta região, permitiu aumentar de forma muito significativa a quantidade de imigrantes para áreas em declínio demográfico.

Dessa forma, percebemos que as políticas de migração para fixação e atração de população externa, implementadas tanto na Austrália, como na Irlanda e no Canadá, resultaram positivamente no aumento de população em áreas que apresentavam um acentuado declínio demográfico. No estudo presente, a pesquisa através dos agentes políticos entrevistados, pretende verificar se casos de sucesso das políticas públicas são confirmados no caso do interior português.

3.2 - Políticas públicas em Portugal e o declínio demográfico

Na tentativa de abrandar o declínio demográfico, verifica-se que foram já criadas e implementadas diversas políticas públicas em Portugal; no entanto como no estudo atual o foco será nas políticas de incentivo à natalidade e nas políticas de migração (atração e fixação da população), só serão mencionadas as políticas implementadas correspondentes a este perfil.

Posto isto, existem em Portugal incentivos à natalidade atribuídos pelo Estado (a nível nacional), entre os quais se destacam o abono de família pré-natal³, abono de família⁴, e subsídio parental⁵; assegurados pela Segurança Social, através de apoios financeiros. Adicionalmente, a nível local, cada autarquia tem disponível várias medidas próprias para incentivar a natalidade (República Portuguesa, 2020d).

Segundo Duarte (2016), as políticas de incentivo à natalidade possuem uma abrangência bastante ampla e incidem em diversas questões complexas como a fiscalidade, a conciliação da vida laboral e familiar, os sistemas de apoio à criança e à maternidade, seja através da disponibilização de creches, ou mesmo a alteração das atitudes e mentalidades.

Entretanto, os investigadores do projeto DEMOSPIN (Demografia economicamente sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas) concluíram que a depressão demográfica dos territórios analisados está muito acentuada, e já não existem mulheres em idade fértil em número suficiente para reverter ou mitigar o quadro atual, mesmo que as taxas de fertilidade subissem de forma imediata. Dessa forma, concluíram que a implementação das políticas de natalidade não traz resultados positivos de forma a reverter o declínio evidenciado (Moreira, 2013).

Numa abordagem alternativa, com o fim de tornar o território mais coeso, foram criados vários programas por parte do governo central, com destaque para o Programa Nacional para a Coesão Territorial e o Programa de Valorização do Interior.

O Programa Nacional para a Coesão Territorial foi definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016 e identifica 164 medidas de caráter interministerial, assentes em cinco eixos para tornar o território do interior mais coeso, competitivo, sustentável, conectado e colaborativo. Existe adicionalmente uma Agenda para o Interior, constituída por oito iniciativas transversais que refletem os desafios e questões estruturantes

³ <https://www.seg-social.pt/abono-de-familia-pre-natal2>

⁴ <https://www.seg-social.pt/abono-de-familia-para-criancas-e-jovens>

⁵ <https://www.seg-social.pt/subsidio-parental>;

que se colocam ao desenvolvimento dos territórios do interior: envelhecimento com qualidade, inovação da base económica, capital territorial, cooperação transfronteiriça, relação rural-urbana, acessibilidade digital, atratividade territorial, abordagens, redes e participação. (ADC, 2021a).

O Programa de Valorização do Interior veio substituir o Programa Nacional para a Coesão Territorial, e destina-se a abrir uma nova etapa no desenvolvimento dos territórios do interior, contrariando a tendência de desertificação das últimas décadas. Para a execução, o Governo incumbiu a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, criada pelo Decreto-Lei n.º 251-A/2015, cuja natureza, missão e duração foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016. O programa é constituído pelos seguintes eixos: 1) Valorizar os Recursos Endógenos e a Capacidade Empresarial do Interior; 2) Promover a Cooperação Transfronteiriça para a Internacionalização de Bens e Serviços; 3) Captar Investimento e Fixar Pessoas no Interior; 4) Tornar os Territórios do Interior mais competitivos (ADC, 2021b).

Contudo, há outra forma de minimizar o declínio demográfico de áreas periféricas/interior, com as chamadas políticas de migração. As políticas de migração aqui mencionadas são *latu sensu*, e têm por objetivo criar condições para atração e fixação de população externa, como exemplo, através da criação de oportunidades de emprego, disponibilização de amenidades e criação de regimes fiscais favoráveis (Duarte, 2016). Em Portugal, algumas das políticas de migração implementadas foram:

i. Programa Regressar

Previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019, de 28 de março, o programa foi criado com o objetivo de apoiar o regresso para Portugal de trabalhadores portugueses que tenham emigrado. Através do programa, foi implementada a Medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal, pela Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, alterada e republicada pela Portaria n.º 373/2019, de 15 de outubro e pela Portaria n.º 36-A/2020, de 3 de Fevereiro, que concede apoio financeiro aos emigrantes ou familiares de emigrantes que preencham determinados requisitos, sendo esse apoio majorado em 25%, sempre que o local de trabalho definido no contrato se situe no interior de Portugal, como incentivo ao repovoamento das áreas com forte declínio demográfico, e ainda, uma linha de crédito para apoiar o investimento empresarial e a criação de novos negócios em território

nacional, entre outras (República Portuguesa, 2021c).

ii. Trabalhar no Interior

Programa previsto na resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2020, com o intuito de suprir o *deficit* populacional nas zonas rurais, onde o governo português investirá um total de 426 milhões de euros em um pacote financeiro como forma de incentivar parte da população a mudar e viver para o interior. Um dos incentivos oferecidos é o programa “Emprego Interior MAIS”, que disponibiliza cerca de 4.827 euros para os trabalhadores que decidam mudar-se para as zonas de interior, além de incentivar os estágios profissionais que se realizem no interior, através um aumento em 10 pontos percentuais na comparticipação da bolsa pelo IEFP, bem como, em 20 % na majoração do prémio-emprego. (IEFP, 2021a)

Segundo Poston & Bouvier (2010), para travar o declínio da fertilidade e reduções no tamanho da população mundial, os países devem recorrer à imigração como um meio para reparar as perdas populacionais ocorridas com a quebra da taxa de fertilidade. Ainda, os pesquisadores do projeto DEMOSPIN concluíram que as políticas de migração, com o fim de criar condições de atração e fixação de população para o interior, são as únicas políticas públicas capaz de influenciar de forma positiva o comportamento demográfico destas regiões (Moreira, 2013).

Ainda, Wolf (2013) no seu estudo sobre os desafios demográficos no interior português, reforça que a principal forma de diminuir o declínio demográfico das regiões de baixa densidade é através de políticas de atração da população, e menciona que as políticas de atração da população se podem apresentar de diversas formas, entre elas:

- 1) através do marketing do local, não com foco de atrair somente visitantes temporários, mas que visa atingir os próprios residentes e empregados, as empresas e os mercados de exportação. Ou seja, o objetivo é conhecer o local e sentir-se atraído por ele, e traduz-se como “forma de gestão integrada que visa aumentar a capacidade atrativa dos territórios” (Wolf, 2013, p. 57).
- 2) através da dinamização do turismo, principalmente em regiões periféricas, onde ganham particular importância medidas que visem o desenvolvimento do turismo (Wolf, 2013, p. 58).
- 3) integração dos imigrantes, seja pela facilitação do acesso dos recém-chegados aos serviços de educação, saúde, etc., o apoio na procura de habitação e de

emprego, a criação de programas de aprendizagem da língua, ou o reconhecimento de qualificações (Wolf, 2013, p. 58).

Almeida (2017), com a sua investigação, concluiu que as atividades sazonais como o turismo e os festivais em zonas do interior podem ser importantes e geradoras de rendimento para esses locais, no entanto essas atividades não resolvem os problemas de sustentabilidade destas zonas, nem mesmo os problemas do declínio demográfico a médio e longo prazo. A verdadeira resolução do problema passa pela adoção de estratégias de atração para empresas e indústrias e a subsequente criação de emprego nestes locais (Almeida, 2017).

Ou seja, a única forma realmente eficaz de reverter o quadro de declínio evidenciado são os intensos fluxos imigratórios de população externa, sobretudo de população jovem; bem como estratégias eficazes de atração de empresas para estas regiões periféricas. Contudo, essa atração de população externa apenas será sustentável caso encontre no território oportunidades de emprego, amenidades, saúde e habitação.

4 - HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Segundo Fortin (1999, p. 102) “A hipótese é um enunciado formal de relações previstas entre duas ou mais variáveis”, e ainda, “diferencia-se da questão de investigação pelo facto de que prediz os resultados do estudo, os quais indicam se a hipótese é confirmada ou infirmada”. Assim sendo, seguem abaixo as duas hipóteses que norteiam esta investigação:

Hipótese 1: “Segundo a percepção dos *stakeholders*, as políticas de migração com foco na fixação e atração de população apresentam resultados mais positivos na mitigação do declínio demográfico, do que políticas de incentivo à natalidade:

Literatura: Segundo os resultados apresentados no projeto DEMOSPIN (2013), a única forma realmente eficaz de reverter o quadro de declínio evidenciado, são os intensos fluxos imigratórios de população externa, sobretudo população jovem, para estas regiões periféricas, ou seja, com a implementação de políticas migratórias.

Ainda, segundo Almeida (2017), o que realmente resolve o declínio demográfico das regiões do interior são as estratégias de atração de empresas e indústrias, e a criação de

emprego para estes locais; pois as atividades sazonais como o turismo e os festivais em zonas do interior podem ser importantes e geradoras de rendimento para esses locais a curto prazo, no entanto essas atividades não resolvem os problemas de sustentabilidade destas zonas, nem tão pouco os problemas do declínio demográfico.

Os resultados do programa SSRM na Austrália demonstram que as políticas públicas destinadas às migrações possuem resultados positivos, uma vez que a taxa anual de crescimento populacional do Estado mais que duplicou entre 2000 e 2001, e entre 2005 e 2006 (Hugo, 2008). Segundamente, os resultados do MPNP no Canadá, na província de Manitoba (que da mesma forma são políticas de migração), têm sido positivos, pois o número de imigrantes desta província aumentou em 235% desde 1998, enquanto o nível nacional permaneceu relativamente estável (Carter *et al.*, 2008).

Segundo Castro *et al.*, (2015, p. 93) nas regiões do interior português em 2040, as mulheres em idade fértil representarão pouco mais de um terço do valor registado em 1950, assim “[...] os problemas demográficos do interior e, em menor escala, de todo o país já não são resolúveis com incentivos à natalidade”. De acordo com o que foi mencionado, para o projeto DEMOSPIN, as políticas de natalidade não apresentam resultados positivos de forma imediata, “dada a reduzida quantidade de mulheres em idade fértil que existem nestes territórios, estas têm forçosamente um potencial muito reduzido para inverter ou mitigar as tendências demográficas verificadas” (Moreira, 2013, p. 89),

Assim, podemos dizer que segundo a literatura, as políticas de natalidade não apresentam resultados imediatos, ou ainda, não chegam a apresentar resultados satisfatórios, seja a curto ou longo prazo. Em contraste, as políticas de migração são as únicas com real potencial para influir sobre o comportamento demográfico em regiões do interior que apresentam declínio demográfico, apresentando resultados imediatos. Após a recolha e análise de conteúdo das entrevistas, a presente hipótese será confirmada ou infirmada.

Hipótese 2: “: “Segundo a percepção dos *stakeholders*, o declínio demográfico do interior de Portugal só pode ser mitigado efetivamente com políticas públicas de iniciativa do poder central (Programas do Estado)”.

Literatura: Almeida (2018) considera que as elites locais são atores essenciais para promover o desenvolvimento local, a ocupação dos territórios e o aumento da capacidade de produção, através da criação de condições com o fim de estimular as atividades económicas

e a criação de emprego. Contudo, Pinto *in* RTP (2017) menciona que, apesar do esforço de muitas autarquias portuguesas, muitos municípios do interior estão a ficar desertificados.

A título de exemplo, Figueira de Castelo Rodrigo é uma vila portuguesa da Beira Interior que tem feito diversos investimentos e desenvolveu uma política de incentivos com o objetivo de fixar jovens no município; entre eles a construção de um novo centro de saúde, contratação de mais médicos, criação de um cartão de saúde, e cedência de apoio monetário para os nascimentos que acontecem no concelho, bem como para a aquisição de máquinas agrícolas. Contudo, o Presidente da Câmara afirma que mesmo com todas estas opções, as dificuldades subsistem, e afirma ainda que só com uma política do governo central, visando especificamente o desenvolvimento do interior, se poderá parar ou abrandar efetivamente o despovoamento do local (Pinto *in* RTP, 2017).

Assim, podemos dizer que segundo a literatura, o declínio demográfico do interior de Portugal só pode ser mitigado efetivamente com políticas públicas de iniciativa do poder central (Programas do Estado), ou pode ser mitigado de forma efetiva com políticas públicas do poder local. Após a recolha e análise de conteúdo das entrevistas, a presente hipótese será confirmada ou infirmada.

5 - ESTUDO EMPÍRICO

5.1 - Design Metodológico

Com o fim de responder ao objetivo e à problemática em causa, esta dissertação foi realizada no contexto de um estudo de caso: a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Segundo Fortin (1999, p. 164): “o estudo de caso consiste numa investigação aprofundada de um indivíduo, de uma família, de um grupo ou de uma organização” e serve também para “explicar relações de causalidade entre a evolução de um fenómeno e uma intervenção”.

Na primeira etapa da investigação, foi necessário conduzir uma revisão bibliográfica aprofundada sobre a problemática do declínio demográfico no interior de Portugal, para uma melhor compreensão do tema. A etapa seguinte consistiu na construção do instrumento para recolha de dados. A técnica de recolha de dados adotada neste estudo foi a de entrevistas semiestruturadas (combinando perguntas abertas e semifechadas). Numa terceira fase procedeu-se à análise dos agentes políticos locais. Os agentes políticos

escolhidos são detentores de cargos políticos de interesse para a presente investigação, que segundo Lyra *et al.*, (2009), podem ser identificados se possuem um dos três atributos ou a sua combinação: poder, legitimidade e urgência. A recolha dos dados foi realizada na quarta etapa, através de um processo de inquérito por entrevistas semiestruturadas, por videoconferência, com seis dos agentes políticos locais da CIMBSE, nomeadamente Presidentes e Vice-Presidentes. O tratamento dos dados da quinta etapa foi realizado através da análise qualitativa (análise de conteúdo das entrevistas), onde foi elaborada uma grelha de análise constituída por categorias, subcategorias e unidades de análise/registo, e em cada uma das subcategorias consideraram-se ainda indicadores. Assim sendo, na análise de conteúdo, foram definidas as categorias, subcategorias e indicadores.

Foi no separador das categorias que foram inseridos os temas que rodearam a entrevista e que, geralmente, seguem o mesmo padrão do guião de entrevista, tendo até os mesmos termos que o guião (Cardoso, 2017). Segundo Carmo e Ferreira (1998), ao citar Grawitz (1993), as categorias são “rúbricas significativas, em função das quais o conteúdo será classificado e eventualmente quantificado”. Segundo Bardin (2006, p. 117), a categorização consiste na: “[...]classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação, e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classe, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” .

Nas subcategorias procede-se à especificação e diluição dos temas que foram explicitados nas categorias, e que tornam a análise da entrevista um pouco mais fácil de perceber (Cardoso, 2017). Os indicadores, juntamente com as unidades de registo, dão a conhecer as ideias apresentadas pelos entrevistados em maior pormenor, de modo que o leitor possa perceber por inteiro o que foi dito na entrevista, sem ter que a ler na íntegra (Cardoso, 2017). Também denominada “unidade de registo” ou “unidade de significado”, a unidade de análise é o elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação (Moraes, 1999).

5.2 - Estudo de caso - A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) corresponde a uma Unidade Territorial Estatística de Nível III (NUT III) do interior da Região Centro, e ocupa uma superfície territorial de 6.305 Km², correspondendo a 22% do território da Região Centro (CIMBSE, 2020). É um território composto por 15 Municípios: Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Gouveia, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso. Contudo, mesmo com a predominância de atividades ligadas à agricultura, pecuária e da pastorícia, hoje a aposta da comunidade - principalmente da região da Serra da Estrela - são as atividades ligadas ao turismo (COSTA, 2016).



Figura 1 - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE, 2021)

A CIMBSE é o território que apresenta maior saldo populacional negativo no contexto nacional (CENSOS, 2021). Segundo os dados preliminares do Censos de 2021, em 2011 a população residente nesta comunidade era de 236.023, e em 2021 passou para 210.665, ou seja, decresceu cerca de 10,74%. Já a densidade populacional da CIMBSE em 2011 era de 37,3 habitantes por km², e em 2021 passou para 33,4 km² (INE, 2021).

POPULAÇÃO

Concelho	2011 HM	2021 HM (dados preliminares)	Variação
Almeida	7.242	5.882	-18,8%
Belmonte	6.859	6.204	-9,5%
Celorico da Beira	7.693	6.582	-14,4%
Covilhã	51.797	46.453	-10,3%
Figueira de Castelo Rodrigo	6.260	5.150	-17,7%
Fornos de Algodres	4.989	4.398	-11,8%
Fundão	29.213	26.521	-9,2%
Guarda	42.541	40.155	-5,6%
Gouveia	14.046	12.221	-13,0%
Manteigas	3.430	2.909	-15,2%
Mêda	5.202	4.632	-11,0%
Pinhel	9.627	8.099	-15,9%
Sabugal	12.544	11.281	-10,1%
Seia	24.702	21.759	-11,9%
Trancoso	9.878	8.419	-14,8%
Total	236.023	210.665	-10,74%

Tabela 1 - Censo Censos 2021- resultados preliminares (INE, 2021)

Conforme se verifica nos dados preliminares do Censos 2021, no período compreendido entre 2011 e 2021, todos os municípios pertencentes à CIMBSE tiveram decréscimo na população (INE, 2021). O decréscimo da população desta comunidade é fruto da baixa nos índices de natalidade, aliado à falta de oportunidades de emprego para a população mais jovem (população em idade ativa), que se traduz em movimentos migratórios dessa população, seja por migração interna para zonas urbanas e/ou litorais, ou ainda migração internacional.

Em 2019, a taxa bruta de natalidade da CIMBSE era de 5,1%, abaixo da média nacional, que no mesmo ano era de 8,4%. A população em idade ativa (15 a 64 anos) que em 2010 era de 62,0% da população, passou para 60,9% em 2019 nesta região, decrescendo 3.1%; ou seja, os números acompanham o panorama nacional, no que refere à baixa populacional. Entretanto, contrariando o que acontece com a população jovem, o índice de envelhecimento, que compara o número de idosos por cada 100 jovens, aumentou de 219 em 2010 para 278 em 2019, ou seja, aumentou 31% (FFMS, 2021).

QUADRO COMPARATIVO: CIMBSE E PORTUGAL

	2010		2019	
	Beiras e Serra da Estrela	Portugal	Beiras e Serra da Estrela	Portugal
População residente	238.023	10.573.100	212.516	10.286.263
Densidade populacional número médio de indivíduos por km ²	37,8	114,7	33,7	111,5
Jovens (%) menos de 15 anos	11,9	15,2	10,1	13,6
População em idade ativa (%) 15 aos 64 anos	62,0	66,3	60,9	64,4
Idosos (%) 65 e mais anos	26,1	18,5	29,0	22,0
Índice de envelhecimento idosos por cada 100 jovens	219	122	287	161

Tabela 2 - QUADRO COMPARATIVO: CIMBSE E PORTUGAL Fonte: FFMS/Pordata

Dessa forma, a necessidade de analisar um caso extremo é perceber que tipos de políticas públicas possuem resultados mais positivos na fixação e atração de população para aquelas regiões, que possam ser mais efetivas no combate ao declínio demográfico. Ainda, o objetivo de analisar um caso extremo é verificar os motivos pelos quais determinados tipos de políticas possuem resultados mais positivos que outros, ou qual o motivo de não apresentarem resultados positivos.

5.3 - Instrumento De Recolha De Dados - Entrevistas

Em face do objetivo e natureza da investigação optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas, com recurso a questões abertas e semifechadas, com os agentes políticos locais da CIMBSE, especificamente Presidentes e Vice-Presidentes das 15 Câmaras Municipais dos municípios que integram a comunidade. Contudo, em face da indisponibilidade de alguns agentes políticos locais, apenas puderam ser realizadas um total de 6 entrevistas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de julho e setembro de 2021, por videoconferência, com duração média de 40 minutos.

O objetivo do inquérito por entrevista é recolher informações sobre as percepções dos agentes políticos, a partir das suas experiências, quanto à aplicação de políticas públicas/programas no combate ao *déficit* demográfico da CIMBSE, de forma a identificar o (in)êxito das políticas de combate à baixa natalidade e êxodo da população das zonas do interior, e quais as políticas que apresentam resultados mais positivos.

As entrevistas foram gravadas, como meio de facilitar a obtenção de dados, seguindo os princípios éticos da metodologia científica, de forma que foi solicitado a autorização prévia para a gravação, e após foram transcritas, conforme o Anexo.

As entrevistas foram divididas em 2 blocos; no primeiro bloco (bloco A), foi feita a legitimação da entrevista, no segundo bloco (bloco B), foram identificados os desafios enfrentados pelos municípios, bem como a análise do (in)êxito das políticas públicas com esse foco, conforme será demonstrado a seguir.

Bloco A - Legitimação da entrevista

Neste bloco, serão explicados e demonstrados ao entrevistado os motivos e fundamentos da entrevista, bem como prestada informação sobre a investigação, tema e questão da investigação. Neste bloco será também realizada a motivação do entrevistado, demonstrando a importância da entrevista na obtenção dos dados e garantindo a sua confidencialidade, se assim preferir, e ainda solicitado a autorização para gravação.

Bloco B- Perguntas sobre o problema do declínio demográfico

Neste bloco serão efetuadas perguntas de forma a identificar os desafios enfrentados em termos de declínio demográfico no município, magnitude do problema, e a eficácia das políticas públicas com o fim de mitigar o processo de declínio demográfico em zonas periféricas/interiores.

1) Quais são os maiores desafios demográficos no seu território e qual a extensão atual do declínio demográfico?

2) Existem, no seu município, medidas próprias de combate ou de mitigação ao declínio demográfico?

- Incentivo à natalidade

- Fixação da população

-Atração de população (*incentivo à criação de oportunidades de emprego, disponibilização de amenidades à população, criação de regimes fiscais favoráveis ou apoio financeiro direto*)

3) Tem conhecimento das medidas/políticas de incentivo à natalidade de iniciativa do governo nacional?

Exemplos: Abono de família pré-natal; abono de família; e subsídio parental, assegurados pela Segurança Social; e Apoios financeiros (abonos e subsídios) atribuídos pelo Estado.

Discorra sobre a sua eficácia na mitigação do declínio demográfico.

4) Tem conhecimento das medidas/políticas de migração de iniciativa do governo central?

Programa Regressar; Trabalhar no Interior; Programa Nacional para a Coesão Territorial; Programa de valorização do-interior,

Discorra sobre a sua eficácia na mitigação do declínio demográfico.

5) Na sua opinião, quais os tipos de políticas públicas que podem ser mais eficazes para mitigar esses desafios demográficos?

6) Sendo o problema de declínio demográfico uma questão nacional (global – que extravasa até o contexto nacional) acha que as políticas devem ser nacionais ou cabe aos municípios dinamizar ações de mitigação deste problema.

- a) O que caberá ao governo e às autarquias?
- b)** O que é que falta fazer que ainda não tenha sido feito

5.4 - Apresentação e interpretação dos dados

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos das entrevistas do trabalho empírico. Após a transcrição das entrevistas, foi realizado a análise das entrevistas, ou seja, a análise de conteúdo. Discorre Guerra (2006, p. 62), que a análise de conteúdo “tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo”.

Assim, foi elaborada uma grelha de análise de conteúdo, constituída por categorias, subcategorias e unidades de análise/registo. Em cada uma das subcategorias consideraram-se ainda indicadores. Desta forma, na análise de conteúdo, foram definidas as **categorias, subcategorias e indicadores** que se apresentam na tabela seguinte.

Categorias	Subcategorias	Indicadores
Declínio demográfico	Declínio demográfico na CIMBSE	Extensão do declínio demográfico
Medidas/políticas do governo nacional	Medidas/políticas do governo nacional para mitigar o declínio demográfico	Conhecimento e eficácia das medidas/políticas do governo nacional.
Medidas/políticas locais	Medidas/políticas locais de combate e mitigação do declínio demográfico	Medidas locais, diretas ou indiretas na mitigação do declínio demográfico
Eficácia das medidas/políticas	Eficácia das medidas/políticas na mitigação do declínio demográfico	Tipos de políticas públicas que podem ser mais eficazes para mitigar os desafios demográficos
Competência das ações	Competência na dinamização de ações de mitigação do problema do declínio demográfico	Competência na dinamização de ações de mitigação do problema do declínio demográfico pelo município ou governo nacional

Tabela 3 - Categorias, Subcategorias e Indicadores

Optou-se por estruturar esta secção tendo em conta a categorização que esteve na base da análise de conteúdo feita às entrevistas, por uma questão de organização. A apresentação, análise e discussão dos dados serão feitas relativamente a cada uma das subcategorias, conforme abaixo segue.

▪ **DECLÍNIO DEMOGRÁFICO NA CIMBSE**

O objetivo que esteve na base desta categoria foi caracterizar o declínio demográfico da Comunidade Internacional das Beiras e Serra da Estrela, bem como a atual extensão do declínio.

Relativamente às questões demográficas, há semelhança no interior do país, sobretudo na CIMBSE. Segundo o Presidente F: “sabemos que dos 308 municípios do país, 257, ou seja 83.3% perderam população”. O Presidente E confirma que: “na última década o concelho perdeu 2.200 pessoas”, já Vice-Presidente A menciona que: “Nosso município teve uma diminuição de 600 pessoas entre o censo de 2011 e 2021, cerca de 9%”, situação que também foi confirmada pelo Presidente D: “Perdemos cerca de 10% da população”. O Presidente F destaca: “É sabido aquilo que são resultados do Censo que acabaram de acontecer. São resultados que ainda não estão perfeitamente solidificados, mas que traduziram perdas de população em termos absolutos na ordem dos 11,8%”.

Ainda, é geral a ideia referida pelo Presidente C, de que o declínio demográfico está a acentuar-se com o passar dos anos: “já tem havido um decréscimo populacional ao longo das últimas décadas, mas que se acentuou nos últimos anos”. Afirmção mencionada também pelo Vice-presidente B: “os problemas da desertificação do território, aqui no nosso concelho, não iniciaram agora, iniciaram há alguns anos, eu diria mais de 15 anos em que obviamente estão associados à fraqueza da economia, quer local, quer a fraqueza da economia mundial”.

Na perceção do Presidente D, o declínio demográfico está até mesmo a extrapolar interior do país: “Diria que o fenómeno do declínio demográfico se iniciou nestes territórios do interior de Portugal nos anos 1960, na década de 60 e 70, e que tem vindo a ampliar, neste momento estendeu-se mesmo até as zonas do litoral e até as áreas urbanas”.

Ou seja, conforme os dados preliminares do Censo 2021 (INE, 2021), verificou-se o declínio demográfico é um problema constante dos municípios da CIMBSE e que está a

agravar-se com o passar dos anos. Ainda, é perceptível que há uma consciência generalizada por parte dos agentes políticos sobre os desafios enfrentados.

▪ MEDIDAS/POLÍTICAS DO GOVERNO NACIONAL PARA MITIGAR O DECLÍNIO DEMOGRÁFICO

O objetivo desta categoria é verificar a percepção dos Agentes Políticos quanto à eficácia das medidas/políticas incentivo à natalidade ou de migração de iniciativa do governo nacional.

Os Agentes Políticos afirmam conhecer as Medidas/políticas de incentivo à natalidade de iniciativa do governo nacional, contudo é geral a percepção de que não são eficazes, como é o caso do Presidente A, que menciona: “Sim, são medidas antigas, mas que só teriam eficácia se os seus valores fossem maiores [...]” e ainda destaca: “as políticas de natalidade não possuem eficácia pelo valor baixo que é dado às famílias”. Quando questionado se acredita na eficácia das medidas/políticas de incentivo à natalidade, o Presidente B é incisivo na resposta: “Não, porque incentivo à natalidade por aquilo que é habitual as autarquias darem um prémio, cabaz, fraldas... isso não se traduz na sustentabilidade da economia familiar [...] “É preciso garantir o emprego, é preciso garantir a evolução dos ativos de emprego dentro do nosso território, e as coisas passam por aí”. O Presidente C, na mesma linha, discorda da eficácia: dizendo “[...] essas medidas, da forma como estão desenhadas, não me parece que seja uma forma de incentivar as pessoas a terem mais filhos”.

Na mesma linha dos demais, o Vice-Presidente D menciona “a questão da natalidade tenho algumas reservas, não sei até que ponto uma medida de apoio direto à natalidade pode criar efetivamente impacto e sustentabilidade. Entendo que uma medida cega de apoio à natalidade pode não ser suficiente”. O Presidente F afirma: “Eu não sou daqueles que acreditam que as políticas demográficas assentes em incentivos à natalidade, sejam a primeira solução para resolver estes problemas”.

Quanto as políticas de migração (atração e fixação da população), os Agentes Políticos afirmam conhecê-las, conforme o **Presidente C**: “Sim, temos conhecimento desses programas. Mas é assim, esses programas se não forem acompanhados com outro sistema de incentivos vão falhar”. Segundo o **Vice-Presidente A**: “Sim, tenho conhecimento. Mas não são atrativas uma vez que o salário português é baixo. Em face da economia muitas pessoas emigram como também migram para o litoral, onde tem mais condições, mais ofertas a nível de emprego, educação, cultura, entre outros”.

Alguns Agentes Políticos mencionam em específico sobre o programa Regressar, talvez, pelo fato de o programa ser exatamente o regresso da população portuguesa, em específico, como é o caso do **Presidente D**: “Programa Regressar? Davam cinco mil euros para as pessoas. Cinco mil euros ganham as pessoas lá fora em dois meses. Não é por aí [...] Não lhe tenho dado qualquer eficácia por uma razão muito simples, a maior parte das medidas que são colocadas no terreno são mais bandeiras de propagandas do que propriamente medidas concretas”.

O **Vice-Presidente E** também opina sobre o Programa Regressar, afirmando que é uma boa medida, mas que devem ser levados em conta outros fatores: Sim, o programa regressar, por exemplo, de facto é um programa estratégico, que é uma boa medida. As famílias possuem outros gastos que poderiam e deveriam ser reanalisados. Um benefício fiscal, que não sejam apenas pontuais, somado ao fato de entrar no interior as mesmas condições que encontram no litoral, com saúde e educação de qualidade, isso pode ser determinante.

▪ **MEDIDAS LOCAIS DE COMBATE E MITIGAÇÃO DO DECLÍNIO DEMOGRÁFICO**

O objetivo desta categoria é verificar se o município possui alguma medida própria para mitigar o problema do declínio demográfico, sejam elas diretas ou indiretas.

Em relação à existência de medidas próprias para mitigar o problema do declínio demográfico, é geral os concelhos possuírem medidas próprias, sejam diretas ou indiretas, como é o caso do concelho do **Vice-Presidente A**: “Temos várias medidas, como: apoio as famílias mais desfavorecidas, subsídio de natalidade, redução da taxa de IRS, taxa de IMI mais baixa”. O **Presidente C** também afirma ter medidas próprias “nós também inserimos incentivos a natalidade ou também para fixação da população e também atração da população”, bem como: “[...] auxílios fiscais, regimes fiscais mais favoráveis, no caso, apoio financeiro direto”. Quando questionado, o **Presidente D** é enfático em sua resposta “É evidente que nós temos, por exemplo, o programa de apoio social [...] por exemplo, os municípios têm direito a 5% dos impostos pagos no território, do IRS [...]”.

O **Vice-Presidente E**, na mesma linha, afirma que o concelho possui medidas próprias: “[...] nomeadamente nas condições fiscais mais favoráveis, com a redução de

impostos, para fixação da população”. Ainda, menciona que possuem: “[...] um sistema de renda social para jovens casais e estamos articulados com algumas medidas do governo nacional como a redução e isenção de portagens nacionais. Há outras medidas de natureza social e educacional”. O **Vice-Presidente B** menciona que o município possui medidas voltadas para o apoio à habitação e ao estudo: “[...] alguma medida, que foi a implementação de uma linha de apoio foi estruturada pelo Instituto de Habitação e da reabilitação Urbana, no âmbito de um programa do primeiro direito, embora existam outros programas, e que o município divulga um apoio à habitação, de forma que os municípios possam ter digamos, alguma oferta clara neste processo [...] temos políticas sim de apoio na população jovem estudantil”.

▪ **EFICÁCIA DAS MEDIDAS/POLÍTICAS NA MITIGAÇÃO DO DECLÍNIO DEMOGRÁFICO**

O objetivo desta categoria é verificar quais os tipos de políticas públicas possuem mais eficácia na mitigação do declínio demográfico.

Quando questionados sobre quais medidas/políticas são mais eficazes na mitigação do declínio demográfico, na opinião do **Presidente B** são as políticas que promovem a habitação, vejamos: “[...] seria uma boa medida para uma promoção residencial dos jovens em faculdade e instituições de ensino politécnico do interior. [...] Por outro lado, também é uma política que promove a empregabilidade e a vinda de pessoas de fora”. Para o **presidente C**: “Se não houver políticas fiscais, naturalmente uma empresa que está em Lisboa, que tem o know-how de estar perto de outras empresas, não se vai deslocar para o nosso município [...]”. O **Vice-Presidente E** destaca que o problema da demografia é amenizado na atração e fixação de empresas, assim, ele cita que: “criamos um regulamento municipal de conceção de incentivos ao investimento com medidas como isenção ou redução do IMI (imposto municipal sobre imóveis), do IMT (imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), das taxas municipais, benefícios na aquisição de terreno, cada posto de trabalho criado com recursos ao contrato de trabalho sem termo ou a tempo inteiro, ou seja, queremos estimular que as empresas acabem por ter um regime de contratação estável para quem muda e decide viver aqui”.

Para o Presidente F, as políticas devem ser complementares, ou seja, aliar mais de

um tipo de política para trazer um resultado positivo: [...] penso que a solução para as pessoas e para o território, passa por um conjunto de ações e políticas que possam complementar ações área do incentivo à natalidade e depois também, tem que se fazer aí conquista por outros incentivos de outras políticas que possam ser causadoras de atratividade, de gente de idade ativa para estes territórios [...] no sentido de aquilo que são gentes em idade de procriar, são fundamentais para resolver ou minimizar os problemas demográficos.

Quando questionado se políticas migratórias possuem mais eficácia do que as políticas de natalidade no combate e mitigação ao declínio demográfico, o Presidente D responde: “Claramente. Porque se nós queremos influenciar ou trabalhar a mais curto prazo, obviamente temos que trabalhar com políticas imigratórias”. O Vice-Presidente E também concorda: “Eu creio que sim”, acompanhado da afirmação do Presidente B: “Sim, claramente”. O Vice-Presidente A, que destaca: “As políticas de migração possuem mais eficácia a curto prazo. Pois é muito fácil e rápido aumentar a população com as famílias regressando do aumentar a natalidade, que pode demorar décadas”.

▪ **COMPETÊNCIA NA DINAMIZAÇÃO DE AÇÕES DE MITIGAÇÃO DO PROBLEMA DO DECLÍNIO DEMOGRÁFICO**

O objetivo desta categoria é verificar, na perceção dos agentes políticos da CIMBSE de quem é a competência na dinamização de ações de mitigação do problema do declínio demográfico, se do poder local ou central:

Quando questionados se as políticas públicas para mitigar o declínio devem ser nacionais ou cabe aos municípios dinamizar ações de mitigação desse problema, o **Vice-Presidente A:** menciona que as medidas devem ser articuladas pelos vários poderes: central, regional e local. Outros Agentes Políticos foram enfáticos em dizer que os municípios sozinhos não conseguem resolver os problemas e que dependem do governo nacional, como é o caso do **Vice-Presidente B:** “Os municípios não têm capacidade para resolver esse paradigma, o país tem alguma capacidade para resolver o paradigma, mas os parceiros internacionais só podem ser a solução”. **Vice-Presidente E:** Devem ser criadas políticas públicas emanadas do estado, ou seja, criar um pacote de medidas discriminatoriamente positiva para o interior de Portugal. Quanto mais o governo central criar medidas e apostar

na fixação de famílias, tudo “se arrasta atrás”. O **Presidente C**: Mas, por si só, eu não vejo que as autarquias possam de modo próprio, neste caso, reverter este processo. É um processo que é muito complicado, mas só é possível revertê-lo definindo políticas públicas do governo central, naturalmente acompanhadas com as competências que os municípios neste momento já têm. Mas essas competências só são possíveis, como disse, se vierem acompanhadas do correspondente envelope financeiro

O que se percebe claramente é a limitação dos municípios em termos financeiros e de competências, conforme afirma o Vice-Presidente D: “particularmente, nos municípios como o nosso, que não tem receitas próprias, ou, seja, que não tem dinheiro”. E ainda menciona: “o autarca tem que criar condições para uma vida cotidiana boa e isso não só eu, mas com apoio do poder central, porque há competências que nós não temos” O Presidente C ainda destaca: “Por si, as autarquias não têm meios financeiros para ter esse tipo de incentivo”.

Segundo o Presidente F: “Eu acho que há um conjunto de políticas nacionais que tem que ser levadas a última instância, para que estes problemas, que são efetivamente problemas estruturais, possam ser anulados”. [...] “É exatamente uma solução que seja de complementaridade e também de cumplicidade entre os diferentes responsáveis, em que essas questões devem ser levadas em diante”.

6 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo geral deste estudo é verificar a perspetiva dos agentes políticos, a respeito da implementação das políticas públicas para mitigar o declínio demográfico nas áreas de interior, a partir de suas experiências.

Desta forma, neste capítulo apresenta-se a resposta à pergunta de partida desta investigação “Quais as perceções dos *stakeholders* sobre as políticas públicas para mitigação do processo de declínio demográfico em zonas de interior?”, e a verificação das hipóteses levantadas. Ainda, são apresentadas reflexões acerca da investigação efetuada, recomendações, e limitações sentidas ao longo deste percurso.

6.1 - Verificação das hipóteses

Após concluída a análise de dados, a próxima etapa é apresentar os resultados e interpretá-los (Fortin, 1999). Assim, depois de feita a recolha e análise dos dados, é a altura

de fazermos a verificação das hipóteses levantadas anteriormente, confirmando ou infirmando-as.

Quanto à **Hipótese 1: “Segundo a percepção dos *stakeholders*, as políticas de migração com foco na fixação e atração de população apresentam resultados mais positivos na mitigação do declínio demográfico, do que políticas de incentivo à natalidade”**, é confirmada pelos seguintes indicadores da matriz de análise: 2) Eficácia das medidas/políticas do governo nacional; e 4) Tipos de políticas públicas que podem ser mais eficazes para mitigar os desafios demográficos.

Quanto ao indicador 2, os entrevistados afirmam conhecer as políticas de incentivo à natalidade de iniciativa do governo nacional, contudo, é unânime para os 6 entrevistados que as políticas de natalidade não possuem eficácia. Ainda, os entrevistados conhecem as políticas de migração do governo nacional, entretanto, um dos entrevistados afirma que essas políticas só possuem eficácia se acompanhadas de outras, e o outro entrevistado afirma que não possui eficácia, visto o valor baixo do salário português. Outros dois entrevistados mencionam o Programa Regressar, em específico, afirmando, um deles afirma não possuir eficácia pois são “bandeiras de propagandas” e outro afirma ser uma boa medida, mas diz que os benefícios não deveriam ser pontuais.

Quanto ao indicador de nº 4, sobre as políticas mais eficazes na mitigação do declínio demográfico, um dos entrevistados defende as políticas de habitação, por ser uma política que promove a empregabilidade e a vinda de pessoas de fora. Dois dos entrevistados afirmam que as políticas mais eficazes são as políticas fiscais, pois é a melhor forma de atrair empresas para o interior. Um dos entrevistados destaca que as políticas de natalidade e de migração devem ser complementares.

Contudo, ao serem questionados se políticas migratórias possuem mais eficácia do que as políticas de natalidade no combate e mitigação ao declínio demográfico, cinco dos entrevistados afirmam que sim, visto que as políticas de migração possuem eficácia a curto prazo.

As alegações dos entrevistados corroboram com a literatura apresentada, no sentido de que as políticas migratórias com foco na fixação e atração de população externa, seja através de: políticas de habitações, regimes fiscais mais favoráveis ou amenidades à população; possuem resultados mais positivos no sentido de mitigar o declínio demográfico no interior, se comparadas com as políticas de incentivo à natalidade.

Quanto à **Hipótese 2: “Segundo a percepção dos *stakeholders*, o declínio demográfico do interior de Portugal só pode ser mitigado efetivamente com políticas públicas de iniciativa do poder central (Programas do Estado)”** é confirmada pelo indicador: 5) Competência na dinamização de ações de mitigação do problema do declínio demográfico pelo município ou governo nacional.

No que concerne o indicador de nº 5, é unânime entre os entrevistados a opinião de que as autarquias não podem de modo próprio, reverter este processo de declínio demográfico, seja por limitação de poder ou económicos. Um dos entrevistados acredita que medidas devem ser articuladas pelos vários poderes e outro entrevistado acredita que os parceiros internacionais podem ser a solução. Os outros quatro entrevistados acreditam que somente o poder central é capaz de mitigar o problema demográfico no interior do país.

O que percebemos das entrevistas efetuadas, é que as autarquias têm desenvolvido verdadeiros esforços com vista a tentar mitigar os desafios demográficos do interior, contudo, estão limitados.

O que as entrevistas nos mostram, juntamente com a literatura, é que somente políticas provenientes do poder central são capazes de mitigar efetivamente o declínio demográfico que assola o país, sobretudo o interior.

6.2 - Resposta à pergunta de partida

Estando verificadas as hipóteses, apresentamos agora uma resposta à pergunta de partida: “Quais as percepções dos *stakeholders* sobre as políticas públicas para mitigação do processo de declínio demográfico nas zonas de interior?”.

A percepções dos agentes políticos sobre as políticas públicas com o foco em mitigar o processo de declínio demográfico é de que precisa-se fazer muito mais pelo interior, o que foi feito até agora não basta, e os resultados dessa desídia por parte do poder central está nos resultados preliminares do Censo, só a CIMBSE perdeu mais de 25 mil habitantes, ou seja, mais de 10% da população local em 10 anos. A verdade os municípios do interior sentem-se abandonados pelo poder central.

Quanto às políticas de incentivo à natalidade, vulgarmente chamadas de “financiamento de fraldas” por alguns os Agentes Políticos, é geral que estes não acreditam na sua eficácia, principalmente pela demora na apresentação de resultados (isso se

apresentar). Aquela minoria, que acredita nos resultados positivos (ou quer acreditar), menciona que devem ser aliadas a outros tipos de políticas públicas. Ou seja, na percepção dos agentes, as políticas de natalidade não funcionam. A situação do interior é iminente e precisa de resultados rápidos.

O que se percebe também, é que os Agentes Públicos desconfiam da eficácia das políticas de migração, no *stricto sensu*, ou seja, como: Programa regressar e programa Trabalhar no Interior. Na percepção dos agentes, esses programas pontuais não irão resolver os desafios demográficos, apenas remediá-los. Os incentivos financeiros podem instigar o imigrante a ir para o interior, contudo, se não for criado um sistema de medidas, um sistema de incentivos que os mantenha lá, não vai funcionar. Se as pessoas forem ao interior e não encontrar acesso a saúde, educação, empregos, bem-estar social, não irão permanecer!

O que os Agentes Políticos verdadeiramente acreditam é nas políticas de migração no *lato sensu*, ou seja, aquelas que são mencionadas neste estudo, com enfoque em criar condições para atração e fixação de população externa, como exemplo: criação de oportunidades de emprego, disponibilização de amenidades e criação de regimes fiscais favoráveis. Isso se dá na venda de terrenos para instalação de empresas em valores simbólicos, isenção da taxa de IRS às empresas que se fixem no interior. E dá através de um programa habitacional de qualidade, que acabe por promover a empregabilidade e a vinda de pessoas de fora.

Muitos acreditam que no interior falta uma matriz de decisão, uma descentralização e uma regionalização diferente, com um poder administrativo diferente, pois somente com essa regionalização será possível as verdades políticas públicas para o interior. As políticas são feitas para o país como um todo, e acabam por beneficiar apenas quem está no litoral ou em grandes capitais como Porto e Lisboa.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar o (in)êxito das políticas públicas com o fim de mitigar o declínio demográfico no interior de Portugal, sob a ótica dos agentes políticos locais, a partir de suas experiências.

Os dados preliminares do Censo 2021 confirmaram o avanço do declínio demográfico nas zonas de interior, resultado da quebra efetiva das taxas de fertilidade, envelhecimento da população e das altas taxas de migração, tanto para zonas

urbanas/litorâneas e estrangeiras, o que nos mostrou a urgência em resolver este problema.

A litoralização cada vez mais intensificada, evidencia um interior cada vez mais despovoado e com fraquezas orçamentais e financeira. Verificou-se que muitos dos municípios do interior já estão sem acesso ao básico, como: à saúde, educação e disponibilização de amenidades, e assim mesmo precisam dar alguma subsidiopendência aos cidadãos que lá vivem.

Pela observação dos aspetos ora analisados, parece ser difícil de reverter a perda de população dos municípios de interior, mas não impossível. Por isso a importância em olharmos para o problema sob a ótica dos agentes políticos locais, ou seja, sob a ótica daqueles que vivenciam o problema dia a dia, daqueles que mesmo com pouco, fazem muito.

A conclusão que temos, na percepção dos agentes políticos, é que as políticas de incentivo à natalidade não apresentam resultados positivos, e caso apresentem, são somente a longo prazo. Sendo o declínio demográfico um problema iminente, precisamos de políticas com resultado a curto prazo, como é o caso das políticas de migração em sentido amplo, com enfoque em criar condições para atração e fixação de população externa, como exemplo: criação de oportunidades de emprego, disponibilização de amenidades e criação de regimes fiscais favoráveis, ou ainda, através do marketing do local, dinamização do turismo ou pela integração dos imigrantes (Wolf, 2013).

As políticas públicas são ferramentas poderosas na mitigação do declínio demográfico no interior, contudo, é preciso que o poder central repense o interior de forma diferente, a partir de perspectivas inovadoras, com o fim de perceber os bens culturais locais, histórias, práticas, memórias e rituais destes territórios (Carvalho, 2020). O interior precisa tornar-se não só economicamente interessante, mas também socialmente interessante, a ponte de despertar interesse de todos, assim como o litoral e as grandes cidades estão a despertar. A coesão territorial é a solução dos problemas.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADC (2021a). Programa Nacional para a Coesão Territorial. Retirado de <https://www.adcoesao.pt/content/programa-nacional-para-coesao-territorial> a 9 de julho de 2021

ADC (2021b). Programa de valorização do interior. Retirado de <https://www.adcoesao.pt/content/valorizar-o-interior-de-portugal> a 9 de julho de 2021

Almeida, M. A. (2018). O papel do poder local no combate ao despovoamento em Portugal. O papel do poder local no combate ao despovoamento em Portugal, (pp.1413-1421)

Almeida, M. A. (2017). Despovoamento e territórios desiguais: Políticas autárquicas e políticas centrais em tempos de mudança. In Atas da Conferência Instituições, Atitudes e Comportamentos Políticos em Tempos de Mudança; ISCTE-IUL: Lisbon, Portugal (pp. 61-87)

Bardin, L. (2006). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70

Braga, A., Natário, M. M., Daniel, A. C., & Fernandes, G. (2013). Tendências demográficas da região centro de Portugal: Caso de estudo dos municípios de baixa densidade

Brett, C. (2003). Demographic Trends and Implications for Public Policy. Royal Commission on Renewing and Strengthening Our Place in Canada

Cabral, Francisco Sarsfield (2008), “A Utopia do Interior Rural.”, in Público (2010). Retirado de <http://jornal.publico.pt/noticia/17-03-2008/a-utopia-do-interior-rural-253431.htm> a 6 de julho de 2021

Cardoso, J. (2017). *Recursos didáticos para alunos com necessidades ao nível da dislexia – estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro). Retirado de: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/23019/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Carbonaro, G., Leanza, E., McCann, P., & Medda, F. (2018). Demographic decline, population aging, and modern financial approaches to urban policy. *International Regional Science Review*, 41(2), (pp. 210-232)

Carter, T., Morrish, M., & Amoyaw, B. (2008). Attracting immigrants to smaller urban and rural communities: Lessons learned from the Manitoba Provincial Nominee Program. *Journal of International Migration and Integration/Revue de l'integration et de la migration internationale*, 9(2), (pp. 161-183)

Carvalho, P., & FERNANDES, J. L. (2001). Iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural português. O exemplo do LEADER-ELOZ (entre Lousã e Zêzere). Territórios, globalização e trajectórias de desenvolvimento. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos, (pp. 241-271)

Carvalho, S. N. D. (2003). Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em perspectiva*, 17, (pp. 185-197)

Carvalho, C. (2020). Cultura e Território. In Reis, J. (Coord.). *Palavras para lá da pandemia: Cem lados de uma crise*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, (p. 38)

de Castro, E. A., Martins, J. M., & Silva, C. J. (2015). A demografia eo país: previsões cristalinas sem bola de cristal. Gradiva.

Castro, E., Viegas, M., & Marques, J. (2021). Economia Demográfica ou Demografia Económica. In 30 anos de ciência regional em perspectiva, (pp. 277 – 299)

CIMBSE. (2020). Comunidade intermunicipal Beira e Serra da Estrela. Retirado de <https://cimbse.pt/> a 4 de maio de 2021

CIMBSE. (2015). Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela 2020 - Elementos adicionais. Retirado de https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2016/05/EIDT_CIMBSE_EsclarecimentosAdicionais-1-VL.pdf a 4 de maio de 2021

Europeia, C. (2010). Europa 2020–Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Comissão Europeia, Bruxelas

da Costa, C. A. F. (2015). Turismo na Serra da Estrela-Impactos, transformações recentes e caminhos para o futuro (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra (Portugal))

Moreira, M. J. G. (2013). DEMOSPIN - Demografia economicamente sustentável– Reverter o declínio em áreas periféricas. *Investigação, Inovação e Desenvolvimento*, (p. 75)

DRE. (2021a). Diário da República Eletrónico. Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2020. Retirado de <https://dre.pt/home/-/dre/130776791/details/maximized> a 5 de maio de 2021

DRE. (2021b). Diário da República Eletrónico. Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016. Retirado de <https://dre.pt/home/-/dre/75796596/details/maximized> a 5 de maio de 2021

DRE. (2021c). Diário da República Eletrónico. Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018. Retirado de <https://dre.pt/home/-/dre/116341225/details/maximized> a 5 de maio de 2021

Ferrão, J. (2018). Despovoamento em áreas rurais: entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. *Cultivar. Cadernos de Análise e Prospetiva*, 11, (pp. 13-19)

Fortin, M. F., & Salgueiro, N. (1999). O processo de investigação: da concepção à realização. Loures: Lusociência, (p. 36)

FFMS. (2021). Retrato do município - Beiras e Serra da Estrela (NUTS III). PORTATA. Retirado de <https://www.pordata.pt/Municipios> a 4 de junho de 2021

IEFP. (2021a). Regresso a Portugal. Retirado de <https://www.iefp.pt/apoio-ao-regresso-de-emigrantes> a 6 de julho de 2021

IEFP (2021b). Emprego Interior MAIS. Retirado de <https://iefponline.iefp.pt/IEFP/interiorMais.do?action=overview> a 6 de julho de 2021

INE. (2021). Censo 2021. Resultados preliminares. Retirado de https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html a 6 de julho de 2021

GUERRA, C. (2006). *Pesquisa Quantitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia Editora

Gerring, J. (2016). *Case study research: Principles and practices*. Cambridge University Press

Góis, P., & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. e-cadernos CES, (p. 29)

Park, S., & Hewings, G. J. (2007). Aging and the regional economy: simulation results from the Chicago CGE model. Unpublished dissertation paper, Department of Economics and Regional Economics Applications Laboratory, University of Illinois at Urbana-Champaign

Howlett, M., Ramesh, M., & Perl, A. (2009). *Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems* (Vol. 3). Oxford: Oxford University Press.

Hospers, G., Reverda, N. (2015). *Managing Population in Decline Europe's Urban and Rural Areas*. Springer

Hugo, G. (2008). Australia's State-Specific and Regional Migration Scheme: An Assessment of its Impacts in South Australia. *Journal of International Migration and Integration*. 9(2), (pp. 125–145)

Harvey, W. S. (2011). Strategies for conducting elite interviews. *Qualitative research*, 11(4), (pp. 431-441)

Leston Bandeira, M., Azevedo, A., Sousa Gomes, C., Tomé, L. P., Mendes, M. F., Guardado Moreira, M. J., Batista, I. (2014). “Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011 Evolução e Perspectivas”, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa

Lyra, M., Gomes, R., & Jacovine, L. (2009). O papel dos *stakeholders* na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. *RAC*, 13(3), (pp.39-52)

Lopes, G. (2020). Governo vai dar até 4800 euros a quem vá viver para o interior. *Jornal de Notícia*. Retirado de <https://www.jn.pt/nacional/governo-vai-dar-ate-4800-euros-a-quem-va-viver-para-o-interior-11779494.html> a 2 de março de 2021

Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, (pp. 7-32)

Mourão, P. (2006). “Tendências de concentração regional no interior português—o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro.” *Regional and Sectoral Economic Studies*. Euro-American Association of Economic Development, vol. 6(1)

Pinto, O. P. (2017). O despovoamento do interior. *Rádio e Televisão de Portugal – RTP ENSINA*. Retirado de <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-desertificacao-do-interior/> a 10 de junho de 2021

Poston, D., & Bouvier, L. (2010). *Population and society: an introduction to demography*. New York: Cambridge University Press

Rainisto, S. K. (2003). Success factors of place marketing: A study of place marketing practices in Northern Europe and the United States (Finland, Sweden, Denmark, Illinois).

República Portuguesa (2020a). Sítio Governo de Portugal. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt> a 7 de julho de 2021

República Portuguesa (2020b). Governo disponibiliza apoio financeiro direto a trabalhadores que se mudem para o Interior. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=-governo-disponibiliza-apoio-financeiro-direto-a-trabalhadores-que-se-mudem-para-o-interior> a 7 de julho de 2021

República Portuguesa (2021c). Programa Regressar. Retirado de <https://www.programaregressar.gov.pt/pt/> a 7 de julho de 2021

República Portuguesa (2020d). Segurança Social. Retirado de <http://www.seg-social.pt/inicio> a 7 de julho de 2021

República Portuguesa (2020e). Programa de valorização do interior. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-valorizacao-interior.aspx> a 7 de julho de 2021

Richards, D. (1996). Elite Interviewing: Approaches and Pitfalls. *Doing Politics*. Blackwell Publishes, 16(3), (pp.199-204)

Sabatier, P., & Mazmanian, D. (1980). The implementation of public policy: A framework of analysis. *Policy studies journal*, 8(4), (pp. 538-560)

Sousa, P. R. B. D. (2010). *As encruzilhadas do despovoamento: interior, jovens e emprego: o caso do Concelho de Castro Daire* (Doctoral dissertation)

Syssner, J. (2016). Planning for shrinkage? Policy implications of demographic decline in Swedish municipalities. *Ager, Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 20, (pp. 7- 31)

Monteiro, R. (2011). *As parcerias entre a Escola e as entidades da comunidade – estudo dos casos de um Agrupamento de Escolas e de uma Escola Secundária* (Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria).

Wolf, J. (2013). *Desafios demográficos no interior português* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro)

9 - ANEXOS

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Transcrição da entrevista ao Vice-Presidente A

Dia 31/08/2021	Videoconferência via Zoom	Duração: 30min
----------------	---------------------------	----------------

Entrevistador: Quais os maiores desafios demográficos em seu território e a extensão atual do problema do declínio demográfico?

Vice-Presidente A: O desafio demográfico por tanto, nesta área, e como em todo interior do país é aumentar a taxa de natalidade, pois a redução da taxa de natalidade aliada a redução da taxa de fertilidade e diminuição da taxa de mortalidade, contribui para desertificação do território. Nosso município teve uma diminuição de 600 pessoas entre o censo de 2011 e 2021, cerca de 9%.

Entrevistador: No seu município há medidas próprias de combate ou mitigação ao declínio demográfico? Ou seja, o município tem alguma medida que seja própria?

Vice-Presidente A: Temos várias medidas, como: apoio as famílias mais desfavorecidas, subsídio de natalidade, redução da taxa de IRS, taxa de IMI mais baixa. Eu penso que só por si os municípios não conseguem resolver isso, as medidas têm que ser conjugadas com medidas regionais ou nacionais. Quanto ao turismo, o município possui uma rede de museus muito interessantes, que atraem muita gente, e ao mesmo tempo está a modernizar o parque empresarial, e construir um novo baseado nas novas tecnologias, para que as pessoas se sintam atraídas para vir nos visitar.

Entrevistador: Possui algum conhecimento de medidas/políticas públicas de natalidade que seja do governo central/nacional, como: abonos e subsídios?

Vice-Presidente A: Sim, são medidas antigas, mas que só teriam eficácia se os seus valores fossem maiores. Temos que adequar os valores desses incentivos para nossa realidade. Tendo um salário médio baixo, conduz que esses apoios sejam baixos também e isso passa pelo aumento dos salários, ou seja: um salário-mínimo e um médio.

Entrevistador: Possui algum conhecimento de medidas/políticas públicas com foco em fixar e atrair população que seja do governo central/nacional, como: Programa Regressar, Programa Trabalhar no Interior etc.?

Vice-Presidente A: Sim, tenho conhecimento. Mas não são atrativas uma vez que o salário português é baixo. Em face da economia muitas pessoas emigram como também migram para o litoral, onde tem mais condições, mais ofertas a nível de emprego, educação, cultura, entre outros.

Entrevistador: Na sua opinião, quais os tipos de medidas/políticas públicas que podem ser mais eficazes para mitigar esses desafios demográficos?

Vice-Presidente A: As políticas de natalidade não possuem eficácia pelo valor baixo que é dado às famílias. As políticas de migração possuem mais eficácia a curto prazo. Pois é muito fácil e rápido aumentar a população com as famílias regressando do aumentar a natalidade, que pode demorar décadas.

Entrevistador: Ou seja, na vossa percepção, os resultados são mais rápidos e mais eficazes nas políticas de migração?

Vice-Presidente A: Sim, muito mais...

Entrevistador: Sendo o problema do declínio demográfico uma questão nacional, acha que as políticas públicas para mitigar o declínio, devem ser nacionais ou cabe aos municípios dinamizar ações de mitigação desse problema?

Vice-Presidente A: Devem ser medidas articuladas pelos vários poderes: central, regional e local.

Entrevistador: O que ainda falta fazer que ainda não tenha sido feito, para mitigar o declínio demográfico nas áreas de interior?

Vice-Presidente A: Podemos começar por capacitar as pessoas e qualificá-las, pois, com isso surgirá nossas empresas/indústrias ligadas ao mundo digital, que necessitam de pessoas mais capacitadas, disso resulta em melhores salários, que é o que existe no litoral.

Transcrição da entrevista ao Vice-Presidente B

Dia 21/07/2021	Videoconferência via Zoom	Duração: 40min
----------------	---------------------------	----------------

Entrevistador: Quais os maiores desafios demográficos em seu território?

Vice-Presidente B: Os problemas da desertificação do território, aqui no nosso concelho não iniciaram agora, iniciaram há alguns anos, eu diria mais de 15 anos em que obviamente estão associados à fraqueza da economia, quer local, quer a fraqueza da economia mundial. Mundial obviamente em consequência da economia nacional, traduzindo-se esta como uma economia bastante débil, e por outro lado também, o défice das economias locais, onde não existe, digamos no ciclo do investimento, a promoção das famílias e do emprego. Ou seja, eu diria, isso deve estar subjacente na sua área de estudo, da pirâmide de Maslow, que essa satisfação das primeiras necessidades básicas das famílias que circundam pela realização da família, o crescimento da família, e isso não se regista esse acontecimento, digamos neste interior de Portugal. Nosso concelho que se caracteriza fortemente pela área da agricultura, e inclusivamente esse sector tem sido também um sector muito fragilizado, verificou-se que algum investimento a nível dos projetos existentes do Ministério da Agricultura e do PRODEV que levou a instalação de algumas diversificações de culturas e também a fixação de jovens agricultores, mas que não são suficientes. Eu estou a falar de investimentos de dimensão familiar, outros de continuidade dessa dimensão familiar, mas que não traduz em expressão, digamos no setor do emprego e isso é uma das grandes falhas. Por outro lado, esse enfraquecimento da densidade populacional também elevou, há alguns anos, algumas políticas de restrições das populações ao nível dos serviços públicos e obviamente que o enfraquecimento das redes de saúde, com algumas medidas tomadas no passado como o fecho de alguns centros de saúde e o fecho também das redes de ensino, transportaram para o município um acréscimo de custos ao nível da atenção nesta área educacional, porque se assim não fosse, mais drástica seria a consequência desse fecho, e o que eu quero dizer com isso é que hoje os municípios têm a preocupação do transporte da criança, digamos, de seus leitos habitacionais até os estabelecimentos de ensino. Evidente que o envelhecimento da população também é um outro fator, digamos em crescimento, e também se prevê que nos estudos que são feitos, vê-se claramente este empobrecimento das famílias e por tudo que temos passado, nestes últimos anos, pelo défice de investimentos empresarial, por esta

pandemia que também se vive, que traduziu nestas consequências. A estagnação do investimento empresarial, e nessa consequência, não há uma geração líquida de empregos, numa fase imediata.

Entrevistador: No seu município há medidas próprias de combate ou mitigação ao declínio demográfico? Ou seja, o município tem alguma medida que seja própria?

Vice-Presidente B: O município não tem, digamos, medidas capazes de inverter a causa, e obviamente, depois gerir essa redução da consequência da causa. A causa em evidência é, os municípios com estas características e essas dimensões do interior, são municípios que, com fraquezas orçamentais, com fraquezas financeiras, e que procuram de uma forma, eu diria que quase avulsa e menos estratégica, dar alguma subsídio-dependências às famílias. Redução nas áreas de competência que os municípios têm, um exemplo claro é a isenção do pagamento da água, ou instalação da água em agregados familiares, cujo rendimento se posiciona abaixo de determinado índice, e procura também, dar uma ênfase na área social, em diria que esse é o grande desafio das autarquias nas próximas décadas, de prestarem e de notarem seus orçamentos para poder melhorar isso. Há um município ou outro que dão subsídios de natalidade, portanto, mas nesse caso concreto, não há medidas que vão muito além disso. No entanto, quero salientar aqui, alguma medida, que foi a implementação de uma linha de apoio, que foi estruturada pelo Instituto de Habitação e da reabilitação Urbana, no âmbito de um programa do primeiro direito, embora existam outros programas, e que o município divulga num apoio à habitação, de forma que os municípios possam ter digamos, alguma oferta clara neste processo. É claro que, o desenvolvimento dessa estratégia, no âmbito do programa do primeiro direito, obriga numa primeira instância, numa reflexão mais profunda, sobre o estado habitacional do concelho e tendo a par também, a identificação clara da descrição social do concelho. E aí fizemos essa estratégia e propusemos um conjunto de medidas que foram credibilizadas pelo Instituto de Habitação e reabilitação urbana, que é a atribuição de habitação condigna a famílias que se identifiquem, em um status, digamos econômico ou social, bastante baixo. Na nossa realidade serão cerca de 63 ou 64 famílias, e que o município através do apoio desse Instituto, através dos apoios que são 100% vindos do Estado, visa proporcionar uma habitação condigna a essas famílias. É claro que é importante referir para seu estudo, que isso é uma fixação de famílias, mas também são famílias que não tem mais capacidade de ir mais para “lado nenhum”, portanto é uma medida

de conforto, é uma medida de estabilização, digamos, das condições habitacionais das famílias, e que são enormes. Portanto, nenhum município desse país pode dizer que tem de forma alegre que tem os seus problemas, eu diria que é das melhores medidas do governo já uma vez lançou nesta área da política da promoção habitacional, e essa eu estou a falar de uma medida de muitas, portanto isso acaba também por ir de encontro a outros fatores, ou seja, é uma medida, não é o caso de nosso município, mas pode se perspectivar que no futuro possa haver investimento e o investimento também implica na vinda de pessoas, porque se me disser que existe cá muito desemprego, eu diria que não existe muito desemprego, basta olhar para os dados dos desempregados a nível do IEFP e vemos que esses números dizem que pode não haver, digamos, uma taxa elevada de desemprego. É claro que teremos que fazer aqui também a comparação ou subtração de utentes que recebem o rendimento garantidos da solidariedade social, designados pelos rendimentos do IRS ou por programas ocupacionais que o Estado também financia, para que essas pessoas possam ter um acréscimo do rendimento e possam também servir a algumas lagunas do Estado, o caso presente de um programa que surgiu agora muito recentemente no âmbito do IRP, causado por esta pandemia é o programa do Mares e ocupa dezenas de milhares de pessoas a nível nacional, no âmbito desse programa, que é um programa extraordinário, podendo dar um grande suporte também às instituições de solidariedade social. Por outro lado, outras medidas que a gente possa ter, um pouco mais que isso, ao nível de conforto e onde vão ter alguns programas ocupacionais que podem de facto fazer aumentar esses rendimentos familiar.

Entrevistador: Então diríamos que as medidas que citou, tem como foco fixar a população no território?

Vice-Presidente B: Certo, e repare que, essas medidas habitacionais também acompanham, ou seja, são medidas reguladoras, se nós tivéssemos em um mercado em que o ensino superior existisse, no caso nesse concelho não existe, seria uma boa medida para uma promoção residencial dos jovens em faculdade e instituições de ensino politécnico do interior. Bem sabemos que as grandes cidades têm um custo habitacional extremamente elevado, associado as propinas e essa discriminação social que nós vivemos no país e os municípios podem sofrer-se desse instrumento, e a política da habitação estudantil a esse nível possa ser mais baixa, e, portanto, pode-se contribuir também para uma maior saber dos

nossos jovens, e os preparar para um futuro diferente. Por outro lado, também uma política que promove a empregabilidade e a vinda de pessoas de fora, porque se o emprego existir, essa habitação estará condicionada, e, portanto, será claramente reguladora do mercado de arrendamento, que muitas vezes atinge valores e que são fatores impedidos que a população cresça em determinadas cidades.

Entrevistador: Em seu município há alguma medida de incentivo direto à natalidade?

Vice-Presidente B: Não. Incentivo direto aplicado a isso, não. Temos políticas sim de apoio na população jovem estudantil, portanto, atribuição do espaço, eu diria, não só o cumprimento obrigatório, mas também no que não é obrigatório, temos uma atenção especial a esta matéria. Temos também uma atenção especial a atribuição de bolsas de estudo, mas são medidas, digamos, muito comuns a todos os municípios.

Entrevistador: Na sua opinião, quais os tipos de medidas/políticas públicas que podem ser mais eficazes para mitigar esses desafios demográficos?

Vice-Presidente B: Acima de tudo uma estreita colaboração estratégica entre o poder central e o poder local, repare que o poder local é um poder local pouco mais que administrativo, os grandes investimentos não passam pela negociação do poder local. Os grandes investimentos passam pela negociação do poder central, passam pela negociação dos pacotes das políticas fiscais e das políticas de isenções fiscais, que não passam pelo poder dos municípios. Os municípios e nós aí sim promovemos a venda de terrenos para instalação de empresas em valores considerados simbólicos, mas isso não é suficiente, porque não é esses investimentos que vem provocar uma cadeia de valor, ou seja, um grande investimento em termos de indústria ou comércio, podem gerar investimentos setoriais, digamos em cadeia, mas que não é a realidade aqui. É portanto, uma das grandes medidas é de facto ter a política de proximidade e a política do desenvolvimento estratégico, acredito que talvez na próxima inspeccionalização das comunidades possa existir estratégias imateriais de investimentos que possam criar essa dualidade de atenção na captação e instalação de investimentos em nosso território.

Entrevistador: Possui algum conhecimento de medidas/políticas públicas de natalidade que seja do governo central/nacional, como: abonos e subsídios?

Vice-Presidente B: Uma das medidas que eu acredito é a imaginação de nós podermos, quer enquanto autarcas de municípios com estas dimensões, podermos promover o investimento e fazer chegar até no nosso território investimentos de estrangeiros, e até de nacionais que tenham esse conhecimento, em setores mistos de captação de população e também da promoção do turismo, que possam criar redes nas áreas de *coworking*, criar vinda de investigadores para o nosso território, que os municípios possam ceder habitações gratuitas, que possam ceder condições para que possam existir aqui.

Entrevistador: Sendo o problema do declínio demográfico uma questão nacional, acha que as políticas públicas para mitigar o declínio, devem ser nacionais ou cabe aos municípios dinamizar ações de mitigação desse problema?

Vice-Presidente B: Indo de encontro a questão anterior, a grande solução é os municípios entenderem que devem ser humildes, que sabem pouco sobre esta matéria. Vocês universidades, as academias, vão ter cada vez mais importância no futuro do desenvolvimento deste território. Não basta dizer como no passado se falou muitas vezes que o comércio podia crescer, diziam isso por causa da economia digital [...]. Os municípios não têm capacidade para resolver esse paradigma, o país tem alguma capacidade para resolver o paradigma, mas os parceiros internacionais só podem ser a solução, agora, tem que haver essa política de internacionalização com a valorização do nosso território português, numa política tal como eu disse, de proximidade, entre as políticas do interior, é todos convergirmos nas melhores estratégias e penso que as universidades, as academias, nos podem ajudar.

Entrevistador: Em termos económicos, se formos comparar o poder económico do governo central com o poder económico local, na sua opinião, o poder central possui mais capacidade de mitigar esse problema?

Vice-Presidente B: Claro.

Entrevistador: O que ainda falta fazer que ainda não tenha sido feito, para mitigar o declínio demográfico nas áreas de interior?

Vice-Presidente B: Eu não digo tudo, mas digo que ainda falta muita coisa para fazer. Falta talvez criarmos uma matriz de decisão, uma descentralização e uma regionalização diferente,

com um poder administrativo diferente. Mas por outro lado, isso não tem soado bom, isso também tem algum mal, pois cria uma certa independência da descentralização do poder central, mas por outro lado também da força ao aumento do ambíguo. Entenda-se o conceito do ambíguo, de ok, nós agora temos um maior orçamento e vamos resolver todos nossos problemas... eu penso que as soluções passam por aí, integrando também estas economias, mas também passam por convergir a essas políticas e dar maior importância a esta área do carisma social. A atividade social é uma das áreas mais importantes que nos temos, e quando digo isso da área social não é na perspectiva do tratar exclusivamente do podre ou do menos protegido, é na área de fazer crescer este conceito também no desenvolvimento, como também o pivô da sociedade. A promoção da natalidade, eu não acredito que as políticas de “financiamento de fraldas” que seja a solução para cativarmos a vinda de pessoas para cá. Atribuir habitações com custos reduzidos também não acredito que só por si sejam uma forma de cativar e estagnar essa curva desta baixa de densidade, mas existe aqui uma área que eu queria tocar é área social, a área habitacional, porque temos um ativo no país enorme, um ativo habitacional abandonado, um ativo habitacional avançado de degradação. Mas também temos valores, valores positivos que eu diria, os valores no armazém da natureza, a classificação e os valores que a natureza brinda as grandes regiões, a nossa região, as regiões vizinhas [...] a nossa cultura é imensa, e o corredor central do país precisa dar conhecimento ao mundo que temos esses valores. E se associarmos a isto às consequências da nova economia, onde incluo também a economia digital e os efeitos negativos que isso exerce sobre todos nós, da dificuldade de nos comunicarmos e as vezes há dificuldade de nos responder... As vezes nosso próprio equilíbrio pode estar associado a criação de centros de energia, digamos aqui nesse corredor central, e aproveitarmos as políticas do desenvolvimento e do investimento no setor do turismo, que pode fazer esse agrupamento, para o desenvolvimento do interior e para fixação de pessoas. E se o turismo continuar nessa curva ascendente de investimento a promover a vinda de estrangeiros, aumentando a atenção do investimento desses estrangeiros no nosso território, nos estamos a criar embaixadores do território, que não são só os nacionais. Estamos a criar uma matriz de valores de embaixadores, nacionais e estrangeiros que podem levar além disso. Portanto, e o sumário para dizer que, se calhar, os autarcas e os estrategas dos programas necessitam de para um pouco e prestar atenção nesses valores e começar a equacionar novas linhas de investimento nestas áreas de devolução do patrimônio natural e do patrimônio da saúde. O investimento

no setor do turismo está a ocorrer, está acontecer, está a ter muita procura. Nós há um tempo fechamos o centro de saúde, e ninguém vem para o interior se não tiver acesso a saúde a altura e portanto, isso são linhas de constrangimento para que algumas coisas possam desenvolver no nosso interior. E portanto, eu acredito que isso possa ser uma medida clara que possa ajudar essa inversão e estagnação da curva.

Entrevistador: Acha que as medidas de incentivo à natalidade não apresentam resultados eficazes no combate ao declínio?

Não, porque incentivo à natalidade por aquilo que é habitual as autarquias darem um prêmio, cabaz, fraldas... isso não se traduz na sustentabilidade da economia familiar. Isso traduz-se em um agradecimento, numa ação política, mas pouca mais que isso. Portanto, esse investimento da natalidade é importante, mas a sustentabilidade das famílias está acima disso e isso que é importante garantir. É preciso garantir o emprego, é preciso garantir a evolução dos ativos de emprego dentro do nosso território, e as coisas passam por aí.

Entrevistador: Políticas com enfoque em tentar fixar a população e atrair população externa em territórios de baixa densidade, possuem mais eficácia em relação às políticas com incentivo à natalidade?

Vice-Presidente B: Sim, claramente.

Transcrição da entrevista ao Presidente C

Dia 18/08/2021	Videoconferência via Zoom	Duração: 35min
----------------	---------------------------	----------------

Entrevistador: Quais os maiores desafios demográficos no seu território e qual a extensão atual do declínio demográfico?

Presidente C: Esse censo de 2021 vieram revelar aquilo que nós já tínhamos detetado, que é o fato de tanto os nossos territórios, e quando falamos nossos territórios falamos em primeiro lugar das nossas aldeias, são aldeias pequenas que já tem havido um decréscimo populacional ao longo das últimas décadas, mas que se acentuou nos últimos anos. Nós verificamos isso, tínhamos a noção plena que isso estava a acontecer, bastava olhar para o número de alunos que se deslocavam para a vila, porque neste momento as escolas do

primeiro ciclo estão todas fechadas, com exceção de uma freguesia. Portanto todos os alunos do concelho se deslocam para a sede da vila e nós verificamos ao longo dos anos que é cada vez menor o número de alunos que existia nessas freguesias. Como tal, nós verificamos, não foi preciso virem o Censo para nós verificarmos que efetivamente tínhamos aqui um problema grave. E um problema que se acentua não só com a diminuição da população, por outro lado com a diminuição da taxa de natalidade. Neste momento em nosso município devem nascer, não tenho dados concretos, mas devem nascer 30, 31 pessoas por ano, o que, em termos do número de óbitos não há reposição da população. E depois há outra situação ainda mais grave que tem a ver com a falta de massa crítica, ou seja, todos os jovens que chegam ao 12º ano, a maior parte deles sai daqui e não voltam mais, o que quer dizer que nós, em nosso município temos aqui um *deficit* muito grande por falta de gente com competências. Porque as pessoas naturalmente quando saem, saem para outros pontos do país e criam lá o seu posto de trabalho, criam lá o seu modo de vida. Portanto esses territórios têm aqui uma falta de competências humanas, que mesmo relativamente a quem quer investir no interior do país verifica que não há, neste momento, recursos humanos qualificados no interior do país. Portanto, há aqui uma série de problemas que estão a afetar de forma, eu não digo irreversível, por isso é que estou na política, está a afetar de uma forma muito clara a questão da demografia, a questão da diminuição destes territórios. E não é só a diminuição da população, também tem a ver com o fato destes territórios, neste momento, não terem capacidade de trabalho, ou seja, aqui a capacidade de trabalho é muito pouca. Criam-se poucos negócios, criam-se poucas empresas, efetivamente, porque também não existem as tais competências humanas para criar esse tipo de empresas.

Entrevistador: No seu município, existe alguma medida própria, direta ou indireta, de combate ou mitigação do declínio demográfico?

Presidente C: Nesta parte nós também inserimos qualquer incentivo a natalidade ou também para fixação da população e também atração da população. Entra a questão de auxílios fiscais, regimes fiscais mais favoráveis, no caso, apoio financeiro direto.

Entrevistador: Possuem alguma política no seu município que seja para incentivar a natalidade ou fixação da população?

Presidente C: Eu sou daqueles que não entendo que políticas por subsídio, ou seja, dar

subsídio por cada nascimento, de alguma forma possa reverter esta situação. Todas as freguesias o fazem, a freguesia de nosso município também o faz, mas o impacto, ou o retorno, relativamente a essa situação, é um retorno que não é muito grande e, como tal, não sendo muito grande, não vai criar qualquer incentivo para que as pessoas possam fixar-se aqui no nosso concelho. Devia ser o governo a dizer que, por exemplo, relativamente as empresas que se fixassem no interior do país, ao invés da taxa de IRC ser 35%, ser 10% ou 12% ou até isentar essas empresas quando se fixassem cá. Também há outros tipos de incentivos que devia ser feito pelo governo. Por si, as autarquias não têm meios financeiros para ter esse tipo de incentivo. No entanto, o nosso concelho não tem nenhuma medida no sentido de subsidiar quem vem para o interior do país. Não temos essa capacidade financeira, mas temos outras medidas, de forma direta ou indireta, que proporcionam a que quem queira investir em nosso município possa investir porque, não havendo o subsídio direto, há sempre a criação de condições para que essas empresas possam instalar. Falo, por exemplo, na questão do turismo, falo na questão da agricultura. E quando falo nisso, por exemplo, relativamente a questão do turismo, em nosso município, quando há um alojamento local em que, por exemplo, não haja estrada. Há um alojamento local em que não haja luz elétrica perto, naturalmente o nosso concelho está disponível para fazer este tipo de investimento. Fizemos ao longo dos últimos oito anos. Vamos continuar a fazer. E algum sucesso que tivemos no sentido de também fixar aqui alguns jovens que quiseram investir em concelhos que, com as dificuldades que tem, ainda tem uma coisa que é muito importante. Temos um ambiente ainda sem qualquer problema e, como tal, o que acontece neste momento é que nós investimos nessa área. Portanto, neste momento, há muitos jovens agricultores. Esses jovens agricultores naturalmente necessitam, por exemplo, de luz elétrica, necessitam muitas vezes de água, e a câmara municipal, neste caso, está disponível para também ajudar neste tipo de investimentos. Portanto, por exemplo, nós temos aqui uma outra medida que tem a ver com uma das bandeiras nossas, tem a ver com ser a capital do queijo da Serra. O que eu estava a dizer é que relativamente a sistema de incentivos fiscais, eu penso que essas medidas terão que ser obrigatoriamente tomadas por parte da tutela. Ou seja, tem que ser o Ministério das Finanças, de uma vez por todas, decidir aquilo que quer também para o interior do país. Só é possível discriminar positivamente esses territórios tomando medidas eficazes. E é por isso que eu defendo, sempre defendi, que em termos de criar aqui um sistema de incentivos fiscais, nomeadamente com a redução de algumas taxas que são pagas igualmente por todas

as empresas, por todos os cidadãos, mas que pudesse haver aqui uma diminuição efetiva dessas taxas para o interior do país. A taxa de IRC, por exemplo. A taxa de IRC penso que deveria diminuir drasticamente para a metade no interior do país. Como relativamente, também, a Taxa Social Única. Estamos a falar em uma Taxa Social Única que é única. São 23,75% para a entidade empregadora. Também aqui, acho que a Segurança Social devia também fazer a diminuição desta taxa. Eu sei que há algum tempo houve um sistema de incentivos também para o interior do país, para a criação de postos de trabalho, no sentido de redução da Taxa Social Única, mas eu penso que neste momento é essencial que se mexa também relativamente ao sistema de incentivos fiscais e o sistema de incentivos fiscais naturalmente só pode ser feito pelo governo. Relativamente às autarquias, como disse, umas mais que outras, há aqui uma limitação financeira. No caso do nosso município a limitação é maior, uma vez que o município se encontra neste momento em um processo de reequilíbrio financeiro. O que aconteceu é que a dívida que a câmara tem neste momento é bastante elevada, o que nos obriga a ter determinadas medidas que, por si, não beneficiam quem vive cá, nomeadamente a questão da taxa de “MI”. Nós somos obrigados, uma vez que temos uma taxa de endividamento bastante elevada, somos obrigados neste caso a maximizar as taxas. No entanto, o município, ao longo destes oito anos, tem feito algumas coisas no sentido de ajudar aqueles que querem criar o seu posto de trabalho aqui no nosso concelho. Eu falei há um bocado várias medidas, nomeadamente o subsídio que nós damos aos produtores de gado. Aqui ainda há muitos produtores no nosso concelho, nomeadamente tem a ver com a ovelha bordeleira, que se reflete no queijo da Serra da Estrela. E nós decidimos, há três anos, no sentido de subsidiar por cada cabeça de gado, quem tivesse essas ovelhas. E não só. Quem tiver outro tipo de gado, o município subsidia, por cada cabeça de gado todos os produtores. Além disso, como também há um bocado referi, temos aqui uma política no sentido de quando não há energia elétrica, quando a energia elétrica fica longe das quintas, nós proporcionamos essa energia elétrica no sentido de que neste momento é impensável qualquer exploração agrícola não ter qualquer tipo de energia elétrica. Então, nós sabemos que isto é um custo bastante elevado para quem se quer instalar e, como tal, somos nós que financiamos a extensão de rede para essas explorações agrícolas. Por exemplo, como disse, referindo mais uma vez a questão do queijo da Serra, até aqui, quando nós entramos na câmara havia apenas duas queijarias certificadas, e nós sabemos que quando há a certificação de determinado produto ele é valorizado em termos de mercado, e nós

entendemos também ajudar os produtores a certificar o queijo da Serra. Pude dizer que havia apenas duas, neste momento há cinco e poderemos passar a seis. Isto tudo são custos que a câmara teve no sentido de incentivar todos estes produtores de queijo a fazerem a sua certificação. Portanto, há aqui um conjunto de medidas. Há outras medidas, como eu disse, que eu não acredito muito na eficácia delas, nomeadamente o subsídio a natalidade, por nascimento, que é uma prática corrente em todas as freguesias do concelho. A avaliação que eu faço, apesar de não ter dados, não me parece que o retorno relativamente a esta situação seja um retorno positivo, no entanto, as freguesias tem o feito. Portanto, há aqui um conjunto de medidas, de uma direta e outras de forma indireta, que vamos fazendo para que as pessoas, os mais jovens, e nós já temos aqui alguns jovens agricultores, por exemplo, possam criar o seu posto de trabalho, possam criar o seu modo de vida aqui no concelho. Mas, como disse, são situações que só é possível termos sucesso com a intervenção do governo. Digo isto porque durante anos e anos na unidade de missão para o interior do país. Neste momento falou-se também em um outro movimento que foi liderado por alguns autarcas do interior do país, mas que depois não passamos das intenções. Este governo deu um bom sinal com a criação do Ministério da Coesão Territorial. Eu penso que este é um bom sinal que o governo nos dá. Espero que, além do sinal, este ministério tenha meios financeiros para que efetivamente se possa investir aqui no interior do país. Nós como autarcas não desistimos porque se entendesse que isto é um processo irreversível naturalmente já tinha desistido, mas entendo que isto é um processo que, se houver aqui políticas públicas que sejam emanadas não só das autarquias, mas também da tutela, do governo, é possível nós revertermos esta situação.

Entrevistador: Há algumas medidas a nível do governo nacional para incentivo da natalidade, como: abono família, abono pré-natal, entre outros. O senhor acha que esses tipos de medida a nível nacional possuem eficácia?

Presidente C: Eu penso que não. Eu penso que esse tipo de medidas, da forma como estão desenhadas, e eu estou à vontade uma vez que sou técnico da Segurança Social, eu penso que essas medidas, da forma como estão desenhadas, não me parece que seja uma forma de incentivar as pessoas a terem mais filhos. Isto é um problema que não é só um problema do país, é um problema também do mundo ocidental. Se olharmos também para os outros países da Europa verificamos que há fraquíssimas taxas de natalidade e, além das fraquíssimas

taxas de natalidade, nós vemos que a pirâmide se encontra quase totalmente invertida em todos os países ocidentais. Portanto, isso é também um problema civilizacional, se calhar é um problema de cultura. No entanto, nós temos que criar outros tipos de mecanismo para que isso se possa reverter. Eu, relativamente a questão do abono família, é uma medida importante e nós sabemos que ainda há desigualdades que existem neste momento em termos de rendimento no país e isso acentua-se no interior do país porque nós ouvimos falar muito na comunicação social relativamente a alguns problemas que existem no litoral. Mas para quem conhece o interior do país, nós também sabemos que existem ainda muitas bolsas de pobreza aqui no interior e naturalmente medidas como o abono família são medidas que vem de alguma forma atenuar essas desigualdades que ainda existem. Portanto, eu acho que sempre houve um conjunto de políticas sociais que foram importantes para, neste caso, diminuir as desigualdades sociais. Algumas medidas foram tomadas desde o Rendimento Social de Inserção, desde o Complemento Solidário de Idoso. Eram medidas que efetivamente atenuaram as desigualdades sociais e diminuíram a pobreza no país, mas é preciso outro tipo de medidas que possam de alguma forma aumentar a natalidade, porque o que já não estamos habituados, o que existia antigamente, em que as crianças saíam e ficavam entregues aos avós ou ficavam na rua. Neste momento as condições são diferentes e também a nível de creches, a nível de outro tipo de equipamentos de apoio, é necessário que o governo invista também criando condições para quem tenha os seus filhos, eu imagino, aqui no interior não se passa muito, mas eu imagino que se passa em Lisboa, que se passa no Porto, que acontece de manhã as pessoas terem que se levantar, terem que deixar os filhos na creche e depois ao fim do dia irem buscá-lo. Portanto, acho que temos que também nesta área investir de maneira que as pessoas se sintam motivadas para que a taxa de natalidade possa aumentar.

Entrevistador: Há também algumas medidas no país a nível nacional que são políticas de imigração, como: programa Regressar, programa Trabalhar no Interior, entre outros. O senhor tem conhecimento desses programas?

Presidente C: Sim, temos conhecimento desses programas. Mas é assim, esses programas se não forem acompanhados com outro sistema de incentivos vão falhar. Se nós incentivarmos um imigrante a vir, por exemplo, em nosso município, uma coisa é o sistema de incentivo que vem. Mas se não criarmos outro sistema de medidas, nomeadamente ele

chegar aqui e ter uma taxa de “MP” mais baixa, chegar aqui e ter uma taxa de IRS mais baixa, naturalmente não passamos do subsídio que é dado no princípio, depois a seguir para quem quer ficar aqui e quer fazer o seu projeto de vida aqui, naturalmente necessita de outro sistema de incentivos. Portanto, o que eu acho é que o governo tem tido boas intenções. Eu sei que as dificuldades da pandemia e as dificuldades financeiras pelo país se tem entrelaçado. Muitas vezes não se consegue passar das ideias aos atos. Eu penso que há aqui uma janela de oportunidade e acho que todas as autarquias têm que aproveitar, que é o Plano de Recuperação e Resiliência, que neste momento está em cima da mesa. Eu penso que há aqui uma fatia muito grande que vem para o interior do país. Nomeadamente há aqui uma situação que é importante, estamos a falar na transição digital. Neste momento é importante o interior do país porque a pandemia, se alguma coisa nos ensinou, foi que é possível também fazer o teletrabalho. É possível as pessoas trabalharem em casa. E naturalmente, se houver aqui uma rede digital como deve ser também no interior e não existe. Nós ainda temos muitas zonas a negro no interior do país e se houver aqui uma rede digital como tem que ser, eu não tenho dúvidas que muitas das pessoas ao invés de estarem a trabalhar em Lisboa e no Porto, terão melhor qualidade se estiverem a trabalhar em casas nas nossas aldeias. Portanto, também penso que é um investimento que o governo tem em cima da mesa, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, para que uma grande fatia deste bolo seja investida no interior, em uma área sensível que é transição digital de todas essas áreas. São áreas, como disse, ainda com grandes dificuldades.

Entrevistador: Na sua opinião, quais os tipos de políticas públicas que podem ser mais eficazes para mitigar o problema do desafio demográfico?

Presidente C: As políticas têm que ser, essencialmente, políticas fiscais. Há outros tipos de política, naturalmente, de apoio a natalidade, de subsídio as empresas e etc. Mas o que é essencial é haver políticas fiscais. Se não houver políticas fiscais, naturalmente uma empresa que está em Lisboa, que tem o know-how de estar perto de outras empresas, não se vai deslocar para o nosso município uma vez que os custos comparativos que vai ter aqui são superiores aos custos comparativos que tem em Lisboa e no Porto. E depois há outras situações que é importante também resolver. Para uma pessoa que vive em nosso município ou uma pessoa que vive na Guarda, a fatura do custo de energia que paga do mês é completamente diferente de quem vive em Lisboa e quem vive no Porto. Enquanto aqui nós

temos quase seis, sete meses de inverno em que aumenta o custo energético das nossas casas. Também aqui o governo tem que beneficiar de alguma forma, diminuir o custo de energia para as pessoas que vivem aqui porque, falo por experiência própria. Já vivi em Coimbra, já vivi na Guarda e agora vivo aqui e sei qual é o custo que eu pago no final do mês em termos de energia. Portanto, é importante também nessas áreas que se faça. Relativamente a questão das reder viárias, neste momento está sendo feito um investimento muito importante, por exemplo, na linha da maré alta, é importante que se faça esse investimento. Mas esperamos que esse investimento da linha da maré alta não sirva apenas para fazer o suplemento dos produtos ou das pessoas que vem de Lisboa ou que vem do Porto e que vão para o centro da Europa. Portanto, eu acho que esse investimento tem que servir também as populações, tem que se criar condições para que as populações também possam utilizar o meio de transporte que era utilizado há muitos anos, de forma muito regular. Agora nem tanto. Mas temos que também incentivar as pessoas e fazer um transporte de mercadorias também através dessa rede. Portanto, o governo tem feito, como disse, algumas medidas. Agora, é necessário rapidamente que se tomem outro tipo de medidas e esse tipo de medidas tem a ver naturalmente com um sistema de incentivos fiscais que faça com que, não só empresas, mas também outro tipo de profissionais possa vir para o interior do país. Eu vejo, por exemplo, relativamente a questão da ULS. Geralmente o que acontece é que se abrem vagas para médicos para a ULS e eles não vem. Não vem porque tem que se criar aqui um sistema de incentivos para que também na saúde as pessoas possam vir para o interior do país.

Entrevistador: Sendo o problema do declínio demográfico uma questão nacional, acha que as políticas públicas devem ser nacionais ou cabe aos municípios dinamizar ações de mitigação desse problema?

Presidente C: Eu sou daqueles que quando em Portugal se discutiu há algumas décadas atrás, há alguns anos atrás, a questão da regionalização, eu era daqueles que defendia a regionalização do país. Há quem diga que o país é demasiado pequeno para se criarem regiões, mas eu sou daqueles que, e estando na comunidade intermunicipal, esperava que a comunidade intermunicipal pudesse ser o embrião de uma região em que fossem desenhadas tais políticas para esta região. Infelizmente não tem sido assim. Eu acho que enquanto não se criarem regiões neste país, eu acho que não vamos conseguir desenhar as verdadeiras políticas públicas para que o problema demográfico se possa resolver, porque naturalmente

quem está em Lisboa, quem está nos ministérios faz o desenho das políticas para os próximos anos tendo em conta o todo do país. Não se preocupa muito, por exemplo, quando é desenhado o orçamento de estado. Parte do governo, quando eles apontam para uma taxa de crescimento, estimam as taxas de crescimento, e nesse caso 2%, 3%, etc., como tem sido. Tem sido não, ultimamente não por causa da pandemia. Mas quando apontam as taxas de crescimento, é um índice importante, falam na taxa de crescimento, mas é uma taxa de crescimento para o país. Não se sabe qual a taxa de crescimento que, por exemplo, tem a comunidade intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Por isso que eu acho que as medidas, enquanto não houver uma regionalização, façam como entenderem. Nesse momento existem as comunidades intermunicipais e com as comunidades intermunicipais vamos definir políticas, vamos dar outro tipo de competências para essas comunidades intermunicipais e naturalmente eu acho que aí nós, no caso da comunidade intermunicipal das Beiras de Serra da Estrela, eu acho que nós estamos em condições porque conhecemos melhor os problemas para definir políticas públicas para todos estes territórios. Eu penso que só assim é que podemos lá ir, porque, como disse, o burocrata, o ministro que está no Terreiro do Paço olha para o país como um todo. E olhando para o país como um todo, naturalmente, olha para os grandes números e esquece de uma pequena fatia que é o interior e, como tal, como digo, essas políticas públicas serão sempre mais eficazes se forem definidas, neste caso, por regiões. Por isso é que continuo a defender que, apesar de sermos um país muito pequeno, mas tendo em conta a assimetria que existe entre as várias regiões, é importante criar essas regiões para que, de uma vez por todas, haja uma maior competitividade entre essas mesmas regiões. O governo, neste momento, fez um trabalho relativamente a descentralização no sentido de atribuir o tipo de competências aos municípios. Nomeadamente, falo na ação social, falo na parte da habitação, falo na parte mesmo da segurança. Foram dadas algumas competências aos municípios. Isso é verdade. Agora, as vezes as competências são dadas sem o competente envelope financeiro. E nós, tendo as competências e não tendo o envelope financeiro, naturalmente que as coisas não vão funcionar. Portanto, eu neste momento vejo que as autarquias não estão ainda em condições de reverter por si só. Naturalmente, algumas tem outros meios que outras não tem. Mas, por si só, eu não vejo que as autarquias possam de modo próprio, neste caso, reverter este processo. É um processo que é muito complicado, mas só é possível revertê-lo definindo políticas públicas do governo central, naturalmente acompanhadas com as competências que

os municípios neste momento já têm. Mas essas competências só são possíveis, como disse, se vierem acompanhadas do correspondente envelope financeiro.

Entrevistador: O que ainda falta fazer que não tenha sido feito?

Presidente C: Falta muito ainda pra fazer daquilo que devia ter sido feito. Eu acho que durante anos e anos falou-se muito do interior. Eu acho que, invariavelmente, todos os governos falavam em medidas para o interior do país. Mas depois elas não eram concretizadas. Portanto, como disse, é preciso fazer quase tudo, porque quase nada foi feito pelo interior do país. Acho que alguns passos neste momento estão a ser dados. Acho que esse governo tem dado alguns passos importantes. Mas é essencial, passando a pandemia, que eu também entendo os constrangimentos que existem neste momento com a questão da pandemia, mas passando a pandemia eu acho que, de uma vez por todas, eu acho que, neste momento, todos os governantes desse país, todos os responsáveis públicos deste país estarão neste momento muito preocupados com a questão do Censo. Nós olhamos para o nosso distrito e verificamos que praticamente nenhum concelho aumentou a população. Ou seja, há sempre aqui decréscimos, nos mais baixos de 5%, 6%, e nos mais altos de 15%,16%. Portanto, é uma situação que é preocupante. Nós, neste momento, já temos aldeias em que não há nenhum habitante. Eu tenho o exemplo de uma aldeia que existe apenas uma pessoa a morar nessa aldeia. E nós verificamos nas nossas aldeias é que não há renovação, não há jovens. Os mais jovens já partiram. Aqueles que retornam, os imigrantes que retornam já não criam, já não tem a possibilidade de renovação porque já estão em uma idade em que não podem renovar. Portanto, falta fazer quase tudo para o interior do país. E quando digo fazer quase tudo é no sentido, como disse, de o governo, este ou outros governos, olharem de maneira diferente para este problema e dizerem: há aqui uma situação gravíssima que se nós não atuarmos agora não se vai resolver. Comparo muito com a crise ambiental por que passamos neste momento. Eu penso que o que está a acontecer com as alterações climáticas que nós temos neste momento, a humanidade não tem mais hipótese. Ou a humanidade neste momento, de uma vez por todas, diz esse é um problema sério e vamos ter que reverter esse problema ou se não iremos caminhar irreversivelmente para o desastre. Relativamente e comparando com o interior depois do Censo e desta “pedrada no charco” que foi diminuirmos drasticamente a população no interior do país. Se não houver aqui medidas, e tem que ser medidas de fundo. Se não houver esse tipo de medidas eu não tenho dúvidas que

daqui a dez anos, por exemplo, o nosso concelho que tinha 4900 habitantes em 2011, neste momento tem 4400 habitantes em 2021, em 2031 o que vai acontecer é que nós teremos menos de 4000 habitante. Isso é caminhar para que este território, que eu acho que é um território que até geograficamente está em uma posição muito privilegiada. Nós estamos muito perto de Madrid, nós estamos muito perto dos grandes centros de decisão da Europa. Estamos muito mais perto do que está Lisboa, do que está o Algarve. E como tal temos aqui uma situação privilegiada que nunca foi aproveitada. Eu sei que há aqui condicionantes históricas, nomeadamente, o fato do país, durante quase 50 anos, ter estado fechado pelo fato das várias ditaduras que existiam tanto do lado de cá, quando do lado de lá da fronteira. E naturalmente não era possível fazer aqui uma interligação entre os nossos povos. No entanto, está na altura também de nós aproveitarmos este eixo, que é um eixo importante, de estarmos tão perto de Madrid, de estarmos tão perto de Salamanca, de estarmos tão perto de outras cidades do centro da Europa. Portanto, acho que ou nós aproveitamos esta situação, a localização estratégica, ou se não correms o risco de daqui a dez anos estaremos a ter a mesma discussão de agora.

Transcrição da entrevista ao Presidente D

Dia 04/08/2021	Videoconferência via Zoom	Duração: 43min
----------------	---------------------------	----------------

Entrevistador: Quais os maiores desafios demográficos no seu território e qual a extensão atual do declínio demográfico?

Presidente D: Já fomos comunicados a semana passada dos resultados provisórios do Censo 2021, que certifica esse declínio não só nesses territórios do interior do país, mas em Portugal todo. Portugal inteiro perde cerca de 250 mil habitantes e aquilo que as vezes era dito, que, por exemplo, as boas vias de comunicação poderiam facilitar a atração, digamos que temos aqui alguns exemplos precisamente na região das beiras de Serra da Estrela de concelhos que são servidos pela A23 e A25 e que acabam também por perder população. E perder ao mesmo nível dos próprios concelhos do interior do país. Eu diria que há aqui no momento atual duas notas que se extraem numa avaliação não quantitativa, mas mais numa avaliação qualitativa. Diria eu que o fenómeno do declínio demográfico que se iniciou nestes territórios do interior de Portugal nos anos 1960, na década de 60 e 70, e que tem vindo a ampliar, neste

momento estendeu-se mesmo até as zonas do litoral e até as áreas urbanas, portanto ditas que eram recetoras de parte dessas pessoas que saíam do espaço rural e procuravam o ideário de qualidade de vida no litoral ou nas melhores cidades, Lisboa, Porto e mais ou menos no litoral do país. E obviamente aqui as pessoas saíam também muito para o estrangeiro, particularmente, no meu concelho, para a França. Acontece uma situação. Ainda hoje eu na parte da manhã tive uma reunião de câmara e tivemos, entre os sete elementos do Executivo, a falar precisamente dos resultados do Censo. Se é verdade que nesta fronteira entre o Douro e o Tejo, diria que até o meu concelho, foi daqueles que menos perdeu. Portanto, diria que os concelhos de Figueira de Castelo, Almeida [...] tiveram um nível de perda superior ao nosso. Perdemos cerca de 10% da população. Se é isso verdade nós até valoramos esse ranking, de não estarmos assim tão mal como os nossos colegas. Mas isso também não nos traz nenhuma alegria especial, mas apenas a valoramos pelo fato e por termos entendido aqui, não com estudos, ou formulários, ou estudos aprofundados, que esse estancar de declínio se deve ao retorno de alguns desses imigrantes que já chegados as suas reformas, as suas aposentações, que nesse momento retornam ao seu território de origem. É por isso, avaliado por nós, que apesar dos óbitos identificados nessa década, essa hecatombe não foi tao grande, porque há efetivamente o processo de retorno de alguns imigrantes mais velhos, que regressam as suas aldeias, as suas localidades, aos seus amigos, a sua, de certa forma, infância. E que regressam até ocupando, nós temos aqui uma particularidade, Natália, que nos permite ter aqui alguma justificação para termos alguma almofada, algum estofa a receber o impacto deste declínio. É o fato de sermos o território do interior com maior cobertura de instituições sociais. Ou seja, eu tenho um dos maiores concelhos em área do país, 827km² e tinha 40 freguesias e agora tenho 30 com a reforma administrativa. Mas veja tenho 30 IPSSs, 30 lares de terceira idade. Só pra ter uma ideia, a trabalhar nesses 30 lares estão cerca de 800 profissionais. Há 800 pessoas a trabalhar só para terceira idade no meu concelho. Portanto, esse fato é uma mensagem que costumo transmitir aqui também aos meus colegas de Executivo. É que nós, se há algumas apostas que temos, e com certeza me vai perguntar isso, como estancar, como inverter e como fazer. Se há algumas apostas que, a nível de poder local, nós podemos fazer, é identificar perfeitamente quais são os nossos atributos, os nossos recursos, e tentar chamar investimento privado, atrair e captar investimento privado para aquilo que são as fileiras da nossa economia. E nesse momento uma das fileiras da nossa economia é a economia da terceira idade. Se houver economia,

economia do investimento ativo. Pergunta-me, mas há tantos idosos e terceira idade que queiram regressar ou queiram ir para aí? Isto é um atrativo? Eu acho que temos que buscar as pessoas que saíram, aquelas pessoas que saíram e que hoje sentem que na sua aldeia, no seu espaço territorial, no seu cantinho de infância há uma resposta social de qualidade, de confiança, para eles. Então regressam. Regressam e sabem que não estão sós, sabem que não estão isolados. Essa economia da terceira idade acompanhada de uma qualificação no setor primário, da agropecuária. Para ter uma ideia, nós temos no interior o concelho que tem mais pulsão cárnica, pulsão de animais, de bovinos, de caprinos, de ovinos, de carne de qualidade. E os campos, no regime extensivo. Nada de animais fechados em estábulos em condições degradantes. Temos animais de campo, que vivem satisfeitos no campo. Portanto, temos carnes de qualidade e isso também é uma aposta e diria que ter um setor primário e transformador de desenvolver uma cadeia de valor em termos dos produtos primários, das carnes e da sua transformação e da sua valorização, é outra das vertentes importantes para fixar pessoas. Ou seja, se me questionasse sobre quais eram nesse momento em termos de expectativas minhas aquilo que sugeria a um investidor que viesse instalar-se no meu concelho, nos temos que procurar investidores porque são eles que depois criam postos de trabalho, criam emprego, criam atratividade profissional para as pessoas, eu diria que o setor da terceira idade, o investimento ativo da saúde do bem-estar, o setor produtivo da pecuária e o setor produtivo de alguns frutos secos, nomeadamente a castanha, são importantes setores em que eu aconselharia sempre um investimento e que esse investimento pudesse ser investimento que produzisse postos de trabalho e que atraíssem pessoas. Eu diria que é por aí. Cabendo obviamente aos municípios mais do que querer fazer tudo ao mesmo tempo, identificar seu potencial e a partir daí. Eu estou no meu último mandato, eu estou há dois meses de terminar funções políticas, portanto já tenho muitos anos disto e chegado a três eleições consecutivos já não posso candidatar-me, não posso ir à quarta eleição. Eu digo isto com alguma autoridade, mais do que tentar fazer tudo ao mesmo tempo e tudo igual aquilo que os outros fazem, é importante que um autarca saiba identificar os seus recursos, as suas oportunidades, aquilo que é diferenciador e expô-los a potenciais investidores. Claro que depois, associado a isso, o autarca tem que criar condições para uma vida cotidiana boa e isso não só eu, mas com apoio do poder central, porque há competências que nós não temos. Nós não temos competências na área da segurança, não temos competência na área da educação, nos não temos competência na área da saúde, que são setores importantíssimos

para, de certa forma, criar confiança nas pessoas porque ter aqui diversas empresas que dão rendimento as pessoas é bom, mas depois, se as pessoas não tem a garantia da segurança pessoal e familiar, se não tem garantia de que há resposta de saúde, se não tem garantia que depois podem colocar seus filhos em uma escola de proximidade... De que vale ter o resto? Portanto isso é tudo um conjunto de situações que criam a tal atratividade e a tal confiança nos territórios.

Entrevistador: No seu território possui alguma medida própria de combate ou mitigação do declínio demográfico?

Presidente D: É evidente que nós temos, por exemplo, o programa de apoio social. São um conjunto de medidas que temos para, de certa forma, calcular e ajudar aquelas pessoas que não conseguem estar ao mesmo nível das outras em estágio de desenvolvimento. São apoios que, eu diria, não são apoios que fixam. São apoios que minimizam aqueles residentes que não conseguem acompanhar o estágio de desenvolvimento do resto da população, quer em termos de habitação, a todos os níveis. Muitas vezes nós somos o poder de proximidade e temos de acudir muitas situações que o poder central não responde logo, mesmo não sendo da nossa competência. Evidente que depois há um conjunto de medidas dentro da flexibilidade que a lei permite. Por exemplo, os municípios têm direito a 5% dos impostos pagos no território, do IRS, imposto sobre rendimento de pessoas singulares. Nós temos direito a 5% desse bolo. Esses 5% nós podemos fazer dele aquilo que quisermos. Podemos recebê-lo nós e gastá-lo naquilo que entendemos, como podemos libertar 1%,2%,3%, ou 4%, ou 5% da carga fiscal aos residentes. Nós libertamos tudo, ou seja, esses 5% qualquer residente no nosso município sabe que no final do ano se tiver que pagar 10 mil euros de imposto, ele tem direito a 500 euros de desconto, de prémio. É aquilo que o município abdica da sua receita para aquele individuo em particular. É evidente que se me perguntar se nós temos medidas de natalidade do tipo dar um financiamento por cada bebé que nasce, eu acho que essas medidas não têm qualquer eficácia. Não é por 500 ou 1000 euros dado de uma vez que os casais decidem ter filhos, mas são medidas a um nível mais próximo do poder local. Abaixo da câmara municipal estão as juntas da freguesia. São medidas que as juntas da freguesia vão aplicando, umas sim outras não, sem qualquer diretiva da câmara municipal, mas nós normalmente não temos nomeado neste tipo de medidas que é evidente que são muitas vezes políticas, folclóricas, ou que criam algum impacto. Impacto de certa forma

mediático. Mas não são em si medidas que promovam desenvolvimentos. Eu diria mais que entendo que, de uma forma indireta, o nosso município tem sempre apostado mais em ter um bom programa de apoio aos empresários, as empresas que se querem instalar no nosso conselho. Ou seja, acho que é pela via do trabalho, pela via do desenvolvimento económico que nós podemos depois integrar mais valias e mais valor na economia dos residentes. Acho que é por essa via, porque se nós tivermos boas empresas que paguem bem, que paguem a tempo, é muito mais importante do que estar a dar uma espécie de esmola as pessoas. Já de outra forma, eu diria que, a nível do poder central e de políticas centrais, acho que o nosso governo, o governo de qualquer país da Europa, até porque a Europa está a perder população, tem que pensar em duas coisas. Na transição demográfica, e aí acho que é importante o que vocês estão a fazer, tudo que possam fazer em termos de estudo e de perspectiva de desenvolvimento da demografia é extramente importante. Eu acho que há aqui duas áreas que o poder tem que trabalhar e muito forte. Tem que efetivamente ter políticas de apoio e incentivo a natalidade e essas vêm pela via fiscal, mas a outro nível, não a nível local. É, de certa forma, ter a nível nacional uma política robusta, musculada, de apoio a natalidade e as mães e por aí a fora, as creches as instituições e coisa. E por outro lado ter uma política, e o termo é forte, seletiva, mas uma política de imigração muito ativa. Eu próprio sou filho de um casal de imigrantes, de uma aldeia do meu concelho, que em 1960 decidiram ir para França, e meu pai e minha mãe tiveram 40 anos em França. Meu pai já não está vivo, minha mãe está e tiveram 40 anos em França. Deixaram os filhos sempre aqui em Portugal, mas em França integraram-se e voltaram pra Portugal. Portanto, eu não poderia ser mais apologista e incentivador dos processos imigratórios, pois a minha vida foi vivida nesse campo da imigração. Eu com 11, 12 anos fui a primeira vez a França, em 1969 e regresssei. Portanto, fui lá muitas vezes. Sou muito grato por aquele país, por aquilo que proporcionou aos meus pais. Por que efetivamente a educação que eu tenho foi me dada e fornecida porque os meus pais conseguiram sair daqui emancipar-se de uma vida difícil em um território abandonado como esse e conseguiram vingar, conseguiram que seus dois filhos fossem estudantes em Coimbra e tivessem cursos superiores e pudessem atingir uma carreira como a minha e o meu irmão também. Portanto, primeiro a Europa, que também nos comanda, mas depois particularmente o nosso país, porque é um daqueles que sofrem mais em termos de demografias, enquanto não tiver políticas de natalidade, políticas claras e fortes, enquanto não tiver políticas de imigração ativas, políticas de coesão do território ativas não

conseguimos equilibrar a balança. Só é possível equilibrar a balança com esses três trabalhos a serem feitos. Por um lado, a coesão territorial, ou seja, pensa-se em Lisboa, e em Aveiro e no Porto, o território inteiro, o Portugal interior é estratégico, não é só a beira-mar. Perceber que esse território tem que ser ocupado e, pra ser ocupado, as políticas de natalidade vão dar frutos daqui 10, ou 15, ou 20, ou 30 anos. As políticas de imigração e imigrações dão resultado já.

Entrevistador: Possui algum conhecimento de medidas/políticas públicas de migração que sejam do governo central/nacional? Qual sua eficácia?

Presidente D: Não lhe tenho dado qualquer eficácia por uma razão muito simples, a maior parte das medidas que são colocadas no terreno são mais bandeiras de propagandas do que propriamente medidas concretas. Quando eu falo bandeiras de propaganda é um discurso fácil em que se diz que vamos fazer assim e assado. Recordar-se daquela medida que foi propagandeada há um ano e meio, que era o regresso dos imigrantes, daqueles que foram pra fora? Programa Regressar? Davam 5 mil euros para as pessoas. 5 mil euros ganham as pessoas lá fora em dois meses. Não é por aí. Tu achas que uma pessoa vai deixar uma vida que tem no estrangeiro por 5 mil euros para chegar a Portugal? Há aqui um problema que nós temos de base. A nossa economia não pode pagar salários mais elevados. E aí já estamos a adentrar em um problema que é um problema europeu. E é aí que as pessoas desacreditam no projeto europeu. Como é possível estar na mesma parte da balança, com a mesma moeda única, com todos estarem a ter as mesmas coisas, estar uma Alemanha, uma França e um Portugal na mesma parte da balança quando um tem salário mínimo de 2000 euros, quando outro tem salário mínimo de 600 euros. Acha que há equilíbrio nisso? Imagina que estavam ali a entrada da Grécia 10 mil arménios pra entrar na Europa e põe uma lista dos países que podiam ir? Acha que Portugal seria um dos primeiros a ser escolhido? Eu acho que não. E depois quando dissessem a um arménio: “Vai pra Portugal”, “Epá, logo calhou a mim? Podiam ter escolhido outro”. Ou seja, quero dizer que não devia ser assim, não podia ser assim. O arménio chagava ali e estar na Alemanha ou estar em Portugal devia ser a mesma coisa. Não é possível falarmos de uma União Europeia. Neste momento o que é que está a acontecer em Portugal, está a criar e formar jovens qualificados para mandar para fora, para mandar para a Inglaterra, para mandar para a Alemanha, para mandar pra Suíça. Estamos a formar jovens qualificados para saírem porque o país não tem condições para lhes pagar a

altura do que podem ganhar em outro país desses que eu falei. Estamos numa Europa a várias velocidades, e depois vai reproduzir um país em várias velocidades e vai se reproduzir também nas regiões a várias velocidades. E a Natália resolveu falar de uma região que efetivamente é das regiões mais pobres da Europa, a nossa.

Entrevistador: Se compararmos as políticas de natalidade com políticas migratórias que abrangem as políticas de fixação e atração da população, o senhor acha que as políticas migratórias possuem uma eficácia maior que as políticas de natalidade?

Presidente D: Claramente. Porque se nós queremos influenciar ou trabalhar a mais curto prazo, obviamente temos que trabalhar com políticas imigratórias. Não entendo que seja fora da ação que se coloque em hipótese de atrair os portugueses espalhados pelo mundo. Há oportunidades, por exemplo, o processo da Venezuela. Quantos portugueses queriam vir para Portugal, que estão na Venezuela. E gostariam de sair da Venezuela e vir pra Portugal. E será que o nosso estado, o nosso governo, deu apoio suficiente para eles regressarem da Venezuela para Portugal? Ou seja, estamos a falar de pessoas que são de origem portuguesa, portanto, em princípio, teriam mais facilidade até de integração. Se formos por aí, é evidente que Portugal querendo desenvolver políticas de imigração é prioritário com os países de língua oficial portuguesa, que é muito mais fácil de integrar gente que vem dos PALOPs do que estar a integrar outras origens que tem algum hiato aqui no processo de imigração. É mais difícil, não é tao fácil. Eu claramente diria que o planeamento de um país em termos geográficos tem que passar pelas questões das imigrações. Obviamente acompanhado para depois ter a seguir a continuidade com os processos de natalidade. Claro que há quem hoje foque um pouco na reversão daquele ciclo de saída do espaço rural para o espaço urbano. Eu penso também pode vir a acontecer um fenómeno desses, não massivo. Não pensamos que, apesar do Covid e apesar da tendência para o isolamento das pessoas, faça com que eles venham já para territórios como o nosso, mas é verdade que a gente nota que há aqui algum processo de regresso as origens. De gente que nunca sequer pensou em regressar, que é verdade que tinham cá algumas casas em termos de herança, mas que agora impulsionam a passar aqui mais tempo, passar aqui algum tempo. Nós até agora falamos muito e só da questão da atração de novos residentes ou de habitantes, mas para as economias locais, obviamente que é também muito importante aquele visitante temporário, aquele turista. Aquele que vem cá, que consome, que está aqui 4 ou 5 dias e que cria a economia daqueles

que estão cá. Cria qualidade da vida das pessoas que estão cá. E nós aí, até por sermos um território de fronteira, e em uma fronteira das mais antigas da europa, 800 anos, nós temos aí alguns valores patrimoniais importantes. Muitos valores patrimoniais em torno, por exemplo, das aldeias históricas de Portugal, das quais eu sou o presidente da associação. Sou o presidente da associação das aldeias históricas de Portugal, que é um projeto de turismo pelo património. E depois temos também alguns valores pelo património natural. Temos Serra da Estrela, obviamente. Temos outras serras, como Malcata, que é aquela que esta aqui no meu concelho e faz fronteira com a Espanha, que são valores naturais e valores de património natural importantes da região que as pessoas apreciam. Agora nestes tempos de turismo não massificado, nós temos notado a maior presença de gente daqui.

Entrevistador: Sendo o problema do declínio demográfico uma questão de amplitude nacional, o senhor acha que as políticas devem ser nacionais ou cabe aos municípios dinamizar a ação de mitigação desse problema?

Presidente D: O nosso campo de ação é muito limitado em termos de execução de políticas proactivas. Até porque, particularmente, nos municípios como o nosso, que não tem receitas próprias, ou, seja, que não tem dinheiro. Os municípios do litoral, os municípios que tem investimento, os municípios que tem dinâmicas imobiliárias fortes também tem muitos impostos e também tem muitas receitas. Os municípios pequenos e rurais do interior do país normalmente as maiores receitas que têm são aquelas que vêm do orçamento de estado central. Não tem receitas próprias que permitam viver uma vida desafogada, que possa acudir e fazer tudo. Aqui, ou há medidas de coesão territorial nacional que possam acudir essa questão macro, evidentemente depois calculadas com pequenos contributos nossos a nível local, muito específicos e muito direcionados, ou então nós ficamos pelo caminho e ficamos isolados. Por exemplo, eu sou muito defensor, que, indo muito em contra até a primeira parte da minha conversa, que os territórios têm que, em si, definir qual o seu potencial e quais são os seus focos prioritários de intervenção. Era necessário criar polos de excelência rural. É nós identificarmos os nossos recursos de excelência e depois em torno deles construirmos uma estratégia de criação de valor dessa excelência. Vou dar um pequeno exemplo, se o meu território é bom para produzir cereja ou pêsego ou melancia, haja uma aposta forte nesses setores. São os tais polos de excelência rural, que eu defendo. E habilitariam os poderes centrais também a ter não uma visão do país todo. Quando as medidas saem a nível nacional,

e até porque não temos uma regionalização, tirando os Açores e a Madeira, nós não temos região e não temos uma autonomia regional que nos permite fazer regras e legislação diferenciada para as nossas regiões. Então o que acontece, quando sai lei para a câmara municipal de Lisboa ou de Aveiro, essa lei é igual para nosso concelho. Temos a mesma legislação e os territórios são diferentes e tem regras iguais. Portanto, não funciona. Nós não conseguimos competir com Aveiro com bacalhau, nós não temos hipótese. Aveiro ganha. Mas se puserem o nosso concelho a competir, por exemplo, com floresta, com a produção de madeira ou produção de carne, nós ganhamos. Devia haver uma maior especialização territorial. E para haver essa especialização territorial tem que, da parte do poder central, haver abertura para que isso possa acontecer. Portanto, diria que as medidas não estão adequadas. As operações fortes têm que vir do poder central. Os paliativos podemos nós integrá-los.

Transcrição da entrevista ao Vice-Presidente E

Dia 15/09/2021	Videoconferência via Zoom	Duração: 23min
----------------	---------------------------	----------------

Entrevistador: Quais os maiores desafios demográficos em seu território e a extensão atual do problema do declínio demográfico?

Vice-Presidente E: Na última década o concelho perdeu 2.200 pessoas, contudo de 2019 a 2021 tivemos um acréscimo de 1.000 novos habitantes. Esses mil novos habitantes têm tudo a ver com a realização de novos investimentos industriais. Portanto, significa que apesar desta perda demográfica, em 2021 nos tivemos um sinal de recuperação do inverno demográfico que ameaça todo o interior do país. Isso é um dado estimulante, pois são na maioria população jovem, por isso são postos de trabalho e aqui há uma inversão naquilo que é natural, nacional de perda demográfica.

Entrevistador: No seu município há medidas próprias de combate ou mitigação ao declínio demográfico? Ou seja, o município tem alguma medida que seja própria?

Vice-Presidente E: Nós temos algumas medidas que implementamos, nomeadamente nas condições fiscais mais favoráveis, com a redução de impostos, para fixação da população,

por outro lado há um vetor importante na atratividade de empresas. Assim, entendemos que este problema da demografia é amenizado na atração e fixação de empresas, portanto criamos um regulamento municipal de concessão de incentivos ao investimento, com medidas como isenção ou redução do IMI, do IMT, das taxas municipais, benefícios na aquisição de terreno, cada posto de trabalho criado com recursos ao contrato de trabalho sem termo ou a tempo inteiro, ou seja, queremos estimular que as empresas acabem por ter um regime de contratação estável para quem muda e decide viver aqui. Temos um sistema de renda social para jovens casais e estamos articulados com algumas medidas do governo nacional como a redução e isenção de portagens nacionais. Há outras medidas de natureza social e educacional.

Entrevistador: Possui algum conhecimento de medidas/políticas públicas de natalidade que seja do governo central/nacional, como: abonos e subsídios?

Vice-Presidente E: Sim tenho conhecimento. Entendo que essas medidas, nomeadamente para o interior, deviam ter uma majoração. A questão da natalidade tenho algumas reservas, não sei até que ponto uma medida de apoio direto à natalidade pode criar efetivamente impacto e sustentabilidade. Entendo que uma medida cega de apoio à natalidade pode não ser suficiente.

Entrevistador: Possui algum conhecimento de medidas/políticas públicas com foco em fixar e atrair população que seja do governo central/nacional, como: Programa Regressar, Programa Trabalhar no Interior etc.

Vice-Presidente E: Sim, o programa regressar, por exemplo, de facto é um programa estratégico, que é uma boa medida. As famílias possuem outros gastos que poderiam e deveriam ser reanalisados. As famílias possuem outros gastos que poderiam e deveriam ser reanalisados. Um benefício fiscal, que não sejam apenas pontuais, somado ao fato de entrar no interior as mesmas condições que encontram no litoral, com saúde e educação de qualidade, isso pode ser determinante.

Entrevistador: Na sua opinião, as medidas/políticas públicas com foco em fixar e atrair população são mais eficazes que políticas de incentivo à natalidade.

Vice-Presidente E: Eu creio que sim.

Entrevistador: Sendo o problema do declínio demográfico uma questão nacional, acha que as políticas públicas para mitigar o declínio, devem ser nacionais ou cabe aos municípios dinamizar ações de mitigação desse problema?

Vice-Presidente E: Devem ser criadas políticas públicas emanadas do estado, ou seja, criar um pacote de medidas discriminatoriamente positiva para o interior de Portugal. Quanto mais o governo central criar medidas e apostar na fixação de famílias, tudo “se arrasta atrás”. É recíproco, deve vir primeiro das instâncias nacionais. Os municípios possuem uma coresponsabilidade de nós criamos a regulamentação, como já foi dito, neste caso não foi o governo central que nos obrigou a criar um regulamento municipal de conceção ao incentivo. O poder local na democracia portuguesa foi em grande medida o grande estimulante das medidas de proximidade e que de alguma forma alimentou e ajudou o estado central a perceber essa realidade do país e isso é recíproco. Os municípios devem fazer seu trabalho, e no nosso caso não está tudo feito, mas fizemos medidas. Os municípios hoje não são hoje apenas institucionais para promover a cultura e turismo, têm hoje uma grande responsabilidade virada para as questões sociais. Portanto, é recíproco, deve vir primeiro das instâncias nacionais.

Entrevistador: Ou seja, os municípios sozinhos não conseguem reverter o problema?

Vice-Presidente E: Não! Repare, nós estamos a estimular para o lado das famílias localmente, reduzindo impostos de que nós somos beneficiários diretos, e isso é uma contabilidade muito simples, nós reduzimos, mas se de facto não temos entrada, temos um défice no fundo financeiro para responder as nossas obrigações. Se nós não tivermos um sistema nacional compensatório não conseguimos reverter o problema.

Transcrição da entrevista ao Vice-Presidente F

Dia 04/10/2021	Videoconferência via Zoom	Duração: 33min
----------------	---------------------------	----------------

Entrevistador: Quais são os maiores desafios demográficos do seu território e qual a extensão atual do declínio demográfico?

Presidente F: Relativamente as questões demográficas há semelhança no interior do país.

Eu costumo sempre afirmar que nós temos um conjunto de virtualidades nobres no seio de um território como o nosso que nos permitem ter sempre em termos do presente e do futuro, razões mais do que suficientes para podermos acreditar naquilo que são os próximos movimentos. Virtualidades essas muito assentes naquilo que é o nosso património natural, que tem como ícone principal a existência da serra da estrela, um território que mesmo no seio daquilo que é o parque natural da Serra da Estrela, somos exatamente o município com mais área efetivamente que nele tem e que nos tem ajudado imenso naquilo que é a procura de soluções para o território, muito na criação de riqueza e também naquilo que são expectativas para que os dias seguintes possam ser tão bons ou melhores do que é o presente. De forma não só a arranjar argumentos para resiliência na continuidade de vivência no território, mas também por via atratividade relativamente as pessoas para que poderão, e conosco e com enorme gosto, desejamos que efetivamente isto mesmo aconteça. É verdade que nesta questão das mais valias há outras complementaridades que são também importantes e que mexem logicamente com a criação de riqueza. Tem muito ligado ao vento, as águas, a produção de energia, a questão da floresta. A questão daquilo que também é o próprio património construído que tem sido uma complementaridade muito positiva relativamente aquilo que é a grande força do território, que tem muito a ver com a questão do património natural, mas que tem problemas. E os problemas que perfeitamente estão identificados tem muito a ver com o despovoamento do território e com o envelhecimento da nossa população. É sabido aquilo que são resultados do Censo que acabaram de acontecer. São resultados que ainda não estão perfeitamente solidificados, mas que traduziram perdas de população em termos absolutos na ordem dos 11,8%. É evidente que não somos o único território. Nós sabemos que em termos dos municípios, dos 308 municípios do país, 257, ou seja 83.3% dos municípios, perderam população. Perderam população essa que eventualmente tem diferentes razões. Poderão também ser questionáveis se perder população significa menos oportunidades ou menos qualidade de vida para as pessoas que aqui estão. Nem sempre será assim, mas é evidente que este é um obstáculo porque sabemos muito bem que há uma tríade de questões que efetivamente se colocam. Especialistas da área da geografia dizem exatamente que a tríade... João Ferrão, por exemplo, que foi também um responsável em termos das políticas públicas no contexto do governo a que ele também esteve inserido, diz-nos que há aquela tríade que se torna fundamental no sentido de trazer desenvolvimento e qualidade de vida para as pessoas. Tem a ver com habitação, tem a ver

com aquilo que é uma juventude entendida no contexto de reprodução, ou seja, de multiplicação de pessoas em termos destes mesmos territórios e, por outro lado, as questões correlacionadas com o emprego que hoje é um problema em territórios como o nosso, dado que as próprias empresas se eventualmente tem um conjunto de razões de procura de estabilização de sua população, é evidente que também a própria existência desta gente é a única forma de alimentar as próprias empresas. Mas também, as empresas sem gente têm a dificuldade acrescida de poder escolher esses territórios para viver. São esses desafios que agora se colocam que é evidente, que para além de outras preocupações, esse território tem também de forma acrescida esta razão que agora se colocam diante dos muitos desafios que o nosso território em particular também é possuidor. Nós sabemos que a população no país diminuiu cerca de 214 mil pessoas. Só houve duas regiões, relativamente aos últimos Censos, que cresceram. Foi a região de Lisboa e também o próprio Algarve, relativamente a população. Não sou daqueles que também pensa que temos sempre oásis do ponto de vista positivo ou do ponto de vista negativo em termos do nosso território. Não tenho essa leitura linear dos territórios. Nós temos esse problema como também muito outro município efetivamente o tem. A juntar exatamente complementos de dificuldades que o interior tem. E o interior é pelo menos dois terços do nosso território nacional.

Entrevistador: No seu território possui alguma medida própria de combate ou mitigação do declínio demográfico? Como: medidas de incentivo a natalidade, medidas para a fixação da população, e também para atração da população.

Presidente F: Sim nós temos dado por diante algumas políticas que tendem exatamente a minimizar o problema. Eu não sou daqueles que acreditam que as políticas demográficas assentes em incentivos à natalidade, sejam solução primeira para resolver estes problemas, exatamente pois ao longo dos últimos anos, os que ficaram e tiveram resistência foram os mais velhos e assim não podemos com eles contar para ações que tenham a ver com a dinamização das taxas de natalidade. Por outro lado, sabemos também que relativamente aquilo que é opção as ações, de correrem efetivamente riscos, em que muitas vezes o próprio investimento está associado, são aqueles que têm idades menos acentuadas e estão mais disponíveis para os correrem, nesta circunstância eles não encontram soluções naquilo que são territórios como este, e tendem mesmo a procurar estas soluções em outros territórios, sejam em termos de território nacional, ou aquilo que é resultado da emigração. Nós também

criamos soluções por via de apoio de aumento da natalidade ou da adoção. Normalmente nós conhecemos em outras circunstâncias, ou seja, apoio diretos ao nascimento. Não, nós exatamente o caminho que nesta área seguimos com questões de apoio, que porventura não foram tão grandes quanto poderiam imaginar que eles pudessem ser, até por razões que esta natalidade no todo não aconteceu com a força e o desejo que nos colocaríamos nisso e fizemos em termos de apoios que não eram só dados no momento do nascimento, mas em termos de atribuição de valores para as pessoas, durante três anos, em que, o valor que era eventualmente concedido em um teto, um teto de compras que eram obrigatoriamente realizadas em termos do nosso território, poderiam iniciar com 50, depois 40, depois 30 euros por mês, mas é evidente que eu não acredito, confesso, que nós, por esta via consigamos resolver este problema, que é um problema estrutural e é um problema que tem efeitos multiplicadores, não só em um território como nosso, mas também em termos dos demais. E por isso , mesmo, as pessoas tem privilegiado a procura de soluções fora do próprio território, e tem dado como em uma circunstância como esta em que as pessoas podem ir para as zonas de litoral ou para aquilo que são nossas maiores cidades, que tem efetivamente crescido, mas com outro tipo de problema, porque acredito que a qualidade de vida que as pessoas possam ter, se têm algum rendimento em montantes que não eram conquistados no seu território de origem, a verdade é que crescem em outros problemas, normalmente na área social e até no ponto de vista de apoios, que as grandes cidades eventualmente não tem. Para não dizer o mesmo que, nos últimos anos um dos problemas que tem emergido e urge que as próprias tutelas vão ter outro tipo de comportamento, para os quais a sua obrigação de eventualmente ajudar em outras funções, do ponto de vista demográfico havia de acontecer, e quer quer quer não, as próprias autarquias não têm tido um conjunto de ações que eventualmente possam ser mais efetivas, em termos de uma preocupação. Eu acho que deve haver uma nova política de cidades, e depois aquilo que efetivamente são as ações levadas por diante, por aquilo que são as instâncias comunitárias, que emergem naquilo que são políticas que são em termos nacionais, que sejam mais consequentes naquilo que são as verdadeiras necessidades daquilo que sentem os territórios, porque as autarquias em si mesmo são, digamos, as que tem que responder não só a este tipo de problema como a outros, como os incêndios de 2017 e depois esta questão do COVID/19, em que foi outro fator que foi bastante restritivo naquilo que são as exigências. Ou seja, as autarquias encontram-se como encostadas a um conjunto de obrigações, que emergem

daquilo que são as políticas macro, em termos nacionais, que depois, pelo que é o cotidiano, tem que emergir para outras soluções que são “*front office*” da população, que encontra exatamente nelas, a primeira instância, que podem levar por diante aquilo que são as suas preocupações e as suas legítimas reivindicações.

Entrevistador: Possui algum conhecimento de medidas/políticas públicas de natalidade que seja do governo central/nacional, como: abonos e subsídios?

Presidente F: Sim, nós ao fim e ao cabo absorvemos exatamente todas essas preocupações e todas essas intenções até chegar até nós, mas que eventualmente nós retiramos de todo muito que têm sido feito, por ventura, o suficiente, para que as coisas tenham invertido, e não é por acaso em um contexto concreto como em aquele que é nosso território as taxas de natalidade são exatamente nos últimos anos muito limitativas em termos do “boom” que eventualmente nos poderiam deixar, que até repare que hoje, quer a gente queria quer não, com este gap que nos foi criado no contexto daquilo que era a natalidade há cerca de 30 anos, ou há 40 anos, para aquilo que é o momento que se viu nos últimos 20 anos, se constata que essa diminuição provoca situações de constância, no contexto dos territórios, aquilo que poderia eventualmente acontecer, no âmbito do aumento da taxa de natalidade, para os próprios territórios, aquilo que eram as consequências positivas, no seio dos territórios no ponto de vista demográfico, são vão acontecer daqui há 15, 20 anos, a partir deste momento, portanto, isso será um pouco tarde para as coisas puderem acontecer. Ou seja, aquilo que é solução para os territórios no momento presente é criar um conjunto de soluções que possam criar atratividade àqueles que estejam no território em outra região e que possam vir a procura de uma melhor qualidade de vida e bem-estar, para estas pessoas e também para os seus, logicamente têm motivos que assentem num contexto de pessoas que tenham idades que propiciem, digamos, o rejuvenescimento e a renovação das gentes destes mesmos territórios, e que possam, em momento próprio e oportuno que é o hoje, ter enquadramento naquilo que são em termos de criação de riquezas nestes mesmos territórios. Estou a falar em concreto de alimentar aquilo que é o potencial produtivo, e logicamente para encontrar outras instâncias, porque nós sabemos que esses territórios assentavam e não estou a falar de um contexto temporal que fuja do que referi, em que a criação de riquezas que era conseguido daquilo que era a mano indústria, do têxtil.

Entrevistador: Na sua opinião, as medidas/políticas públicas com para fixar e atrair população são mais eficazes que políticas de incentivo à natalidade?

Presidente F: Do meu ponto de vista, e tendo uma formação na área da economia, e penso que a solução para as pessoas e para o território, passa por um conjunto de ações e políticas que possam complementar ações área do incentivo à natalidade e depois também, tem que se fazer aí conquista por outros incentivos de outras políticas que possam ser causadoras de atratividade, de gente de idade ativa para estes territórios. Por isso ainda pouco eu dizia, do fundamental que eu acho, que as políticas de emprego, políticas no seio da habitação social, ou de habitação e no sentido de aquilo que são gentes em idade de procriar, são fundamentais para resolver ou minimizar os problemas demográficos.

Entrevistador: Sendo o problema do declínio demográfico uma questão nacional, acha que as políticas públicas para mitigar o declínio, devem ser nacionais ou cabe aos municípios dinamizar ações de mitigação desse problema?

Presidente F: Os municípios, independentemente daquilo que sejam a sua vontade, tem que resolver ou ajudar a resolver os problemas que chegam no cotidiano. Uns que estão inseridos num contexto estrutural de dificuldades em que esses territórios vivem, mas também naquilo que são os outros, surpresas, que muitas vezes esses territórios, à semelhança dos outros, mas em outras circunstâncias que são colocadas a resolver. Eu acho que há um conjunto de políticas nacionais que tem que ser levadas a última instância, para que estes problemas, que são efetivamente problemas estruturais, possam ser anulados. Se se pensa que eventualmente as autarquias tem que obrigatoriamente resolver estes problemas, quem pensa desta maneira está profundamente enganado. É exatamente uma solução que seja de complementaridade e também de cumplicidade entre os diferentes responsáveis, em que essas questões devem ser levadas em diante. No entanto, muitas vezes o que tem acontecido é que essas políticas mesmo sendo defendidas, a verdade é que outras tutelas não deixam de ser importantes e que nem sempre têm estado alinhadas naquilo que é a solução do problema das pessoas. Nós hoje não conseguimos resolver sem antes irmos rever as origens, neste caso as próprias comunidades, e por outro lado também um conjunto de políticas internacionais, no seio das diferentes instâncias, que podem de uma forma responsável, ser levadas por diante. O cenário tem que ser por antecipação e não reação, pois estamos sempre atrasados na resposta às situações.

Entrevistador: O que ainda falta fazer que ainda não tenha sido feito, para mitigar o declínio demográfico nas áreas de interior?

Presidente F: Falta fazer muito, esse trabalho, é um trabalho diria inacabado. Aquilo que eu eventualmente transporto naquilo que é um conjunto de interesses, que muitas vezes radica nas questões económicas, em que muitas vezes o contexto de criação de riquezas e sua distribuição é algo que está desarticulado, eu penso que deva ter no contexto internacional e nacional, mais um conjunto de ações, que sejam ações solidárias, na procura de um desenvolvimento, que se quer e se deseja cada vez mais sustentável, naquilo que é no momento e no presente, o respeito enorme da criação de riqueza, não podemos distribuir se em momento anterior não tivermos essa capacitação de criar, porque mesmo no ponto de vista demográfico, o país e o mundo eu diria, está desequilibradamente a ser construído e a ser desenvolvido. Nós sabemos que a criação de riqueza e a sua distribuição é inversamente proporcional. E, portanto, o que eu acho, é que as políticas devem ser levadas a diante, que resultem, para que a distribuição de riqueza seja feita de uma forma mais igualitária. Não estou a dizer que devemos partilhá-la de uma forma igual, pois é utópico, mas que devemos ser mais responsáveis e olhar mais para o próximo.